

- 1- [ATA](#)
 - 2.1- [35ª Reunião Ordinária de Debates](#)
 - 2- [ORDENS DO DIA](#)
 - 3.1- [Plenário](#)
 - 3.2- [Comissões](#)
 - 3- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 4.1- [Plenário](#)
 - 4.2- [Comissão](#)
 - 4- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
 - 5- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES](#)
 - 6- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
-

ATA

**ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 23 DE OUTUBRO DE 1995**

Presidência do Deputado Agostinho Patrús

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Atas - Correspondência: Mensagem nº 53/95 (encaminha anexo ao Projeto de Lei nº 503/95), do Governador do Estado - Ofícios, telegramas e cartões - **Apresentação de Proposições:** Projeto de Resolução nº 539/95 - Projeto de Lei nº 540/95 - Requerimento do Deputado Péricles Ferreira - **Comunicações:** Comunicações das Comissões de Agropecuária e de Saúde e Ação Social e dos Deputados Marco Régis, Maria Olívia, Kemil Kumaira e Sebastião Navarro Vieira - Interrupção dos trabalhos ordinários - Nomeação de comissão - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Secretária Márcia Kubitschek - Reabertura dos trabalhos ordinários - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

ABERTURA

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Arnaldo Canarinho - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Elbe Brandão - Elmo Braz - Geraldo Nascimento - Gil Pereira - João Leite - José Henrique - Maria Olívia - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Sebastião Helvécio.

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Atas

- **A Deputada Maria José Haueisen**, 2ª-Secretária, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Correspondência

- **O Deputado Ibrahim Jacob**, 3º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 53/95*

Belo Horizonte, 20 de outubro de 1995.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar dessa egrégia Assembléia Legislativa que o anexo referente a recursos humanos por órgão e entidade, segundo categoria funcional, que acompanha o Projeto de Lei nº 503/95, que estima as

receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 1996, seja substituído pelo anexo encaminhado junto a esta mensagem.

A providência em apreço tem por objetivo corrigir omissão verificada na enumeração dos órgãos e entidades que compõem o anexo, cuja substituição estou solicitando.

Sirvo-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais.

OFÍCIOS

Do Sr. Nilmário Miranda, Deputado Federal, convidando esta Casa a participar do II Fórum Nacional de Comissões Legislativas de Direitos Humanos, a realizar-se nos dias 16 e 17 de novembro próximo, na Câmara dos Deputados, em Brasília. (- À Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.)

Do Sr. Antônio do Valle, Deputado Federal, encaminhando cópia do Aviso nº 2.150 - SUPAR - Casa Civil, de 5/10/95, e do Aviso nº 815, de 15/9/95, nos quais os Ministros da Casa Civil da Presidência da República e da Fazenda prestam esclarecimentos sobre a suposta transferência, para outros Estados, da administração das agências da Caixa Econômica Federal, instaladas em Minas Gerais. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. José Fernandes Filho, Desembargador, encaminhando segunda via do Mandado de Segurança nº 58.640-4, impetrado pelo Município de Barbacena, e cópia da decisão exarada nos autos do referido documento, para que esta Casa possa prestar, no prazo de dez dias, as informações que julgar necessárias.

Do Sr. Vaz de Mello, Desembargador, encaminhando segunda via do Mandado de Segurança nº 58.703-0, impetrado pelo Município de Sabará, e cópia da decisão exarada nos autos do referido documento, para que esta Casa possa prestar, no prazo de dez dias, as informações que julgar necessárias.

Do Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente, agradecendo o envio do "Relatório das Audiências Públicas Regionais de 1995".

Da Sra. Jussara Menicucci de Oliveira, Prefeita Municipal de Lavras, agradecendo o convite para participar de reunião especial. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. João Batista de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, encaminhando cópia de moção aprovada por aquela Casa, em favor da implantação de fábrica da Mercedes Benz naquele município.

Do Sr. José Antônio Vieira, Presidente da Câmara Municipal de Paracatu, solicitando providências para que se lavrem as escrituras de lotes urbanos e rurais naquele município.

Do Sr. Maurício Aguiar, Presidente da Comissão Emancipacionista do Distrito de Serra Azul, encaminhando cópia de recurso administrativo com vistas a que seja realizado plebiscito no mencionado distrito. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Do Sr. Vicente Campos de Carvalho, Venerável da Loja Maçônica Ordem e Progresso, de Belo Horizonte, agradecendo o voto de congratulações pela passagem do aniversário dessa entidade, consignado nos anais da Casa a requerimento do Deputado Wanderley Ávila.

Do Comitê de Preservação do CREDIREAL, de Juiz de Fora, e outras associações, solicitando o apoio da Casa para que a Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 431/95 seja aprovada na forma do parecer da Comissão de Fiscalização Financeira, no 2º turno. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 431/95.)

TELEGRAMAS

Do Gen. Zenildo Zoroastro de Lucena, Ministro do Exército, e do Sr. Néelson Jobim, Ministro da Justiça, agradecendo o envio de exemplares do "Relatório das Audiências Públicas Regionais de 1995".

Dos Srs. Santos Moreira da Silva, Secretário da Segurança Pública, e João Paulo Gomes da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, agradecendo convite para participarem do seminário legislativo: "Turismo - Caminho para as Minas".

CARTÕES

Do Sr. Carlos Melles, Deputado Federal, agradecendo o envio, por esta Casa, de exemplar do "Relatório das Audiências Públicas Regionais de 1995".

Dos Srs. José Henrique Santos Portugal, Secretário Particular e Chefe de Gabinete do Governador, Átila Lira, Secretário de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC - do Ministério da Educação e do Desporto, e Luiz Ribeiro Dias Filho, Diretor Adjunto da Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho, agradecendo convite para participarem da reunião especial em homenagem à Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba.

Do Sr. José Geraldo de Freitas Drumond, Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros, encaminhando exemplar do "Relatório de Atividades de 1994", daquela instituição.

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições.

Apresentação de Proposições

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

**PARECER SOBRE OS PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO DE TERRAS DEVOLUTAS DO ESTADO A QUE SE
REFERE A MENSAGEM N° 553/94**

Comissão de Agropecuária e Política Rural

Relatório

No intuito de se dar cumprimento ao disposto no art. 62, inciso XXXIV, da Constituição mineira, o Governador do Estado fez remeter a este Legislativo, por via da mensagem em epígrafe, 1.118 autos de processos administrativos de legitimação de terras devolutas do Estado, instruídos pela RURALMINAS, dos quais 1.031 processos dizem respeito a lotes urbanos e 87, a terras em zona rural.

Em observância às regras contidas na Decisão Normativa da Presidência n° 18, de 17/6/93, que disciplina a tramitação da matéria, compete-nos, nesta fase preliminar, examinar os pressupostos legais.

Fundamentação

Os retromencionados dispositivos constitucionais conferem à Assembléia Legislativa a competência privativa de aprovar previamente a alienação ou a concessão de terras públicas, ressalvado o disposto no art. 247, § 3°, da Carta Estadual.

As exceções a que se faz remissão se referem à alienação ou à concessão de terra pública previstas no plano de reforma agrária estadual, estabelecido em lei, e à concessão gratuita de domínio.

Ao se examinarem os autos remetidos, verifica-se que nenhum deles se enquadra nas mencionadas ressalvas e que 14 processos devem ser convertidos em diligência à RURALMINAS.

Os demais autos de processos foram devidamente instruídos e devem, desde já, para o bom andamento dos trabalhos, ser objeto de projeto de resolução apresentado por este órgão colegiado, conforme determina a referida decisão presidencial.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela apresentação do seguinte projeto de resolução.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 539/95

Aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1° - Fica aprovada, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas especificadas nos termos dos Anexos I e II desta resolução, observada a enumeração dos respectivos beneficiários.

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 1995.

Paulo Piau, Presidente - Almir Cardoso, relator - Olinto Godinho.

PROJETO DE LEI N° 540/95

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Alto Alterosas - ACMAA -, com sede no Município de Betim.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Alto Alterosas - ACMAA -, com sede no Município de Betim.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1995.

Ivair Nogueira

Justificação: A presente proposição visa a declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Alto Alterosas, entidade civil sem fins lucrativos.

Visando ao desenvolvimento dos cidadãos, a Associação estimula os moradores do Bairro Alto Alterosas a exigir seus direitos perante a administração pública, cobrando dela um trabalho efetivo que proporcione bem-estar à comunidade.

Além de conduzir seus filiados ao exercício da cidadania, a instituição que se pretende beneficiar atende aos requisitos necessários para ser declarada de utilidade pública, razão por que esperamos a anuência dos nobres pares à presente proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para, deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO

Do Deputado Péricles Ferreira, solicitando seja o Projeto de Lei n° 426/95 apreciado em reunião conjunta de comissões a que foi distribuído.

COMUNICAÇÕES

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Agropecuária e de Saúde e Ação Social e dos Deputados Marco Régis, Maria Olívia, Kemil Kumaira e Sebastião Navarro Vieira.

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 1° do art. 23 do Regimento

Interno, interrompe os trabalhos ordinários para destinar a 1ª parte da reunião à abertura do seminário sobre turismo.

Nomeação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência nomeia os Deputados Carlos Pimenta, Sebastião Navarro Vieira e Elbe Brandão para, em comissão, introduzirem no recinto do Plenário as autoridades e os demais convidados.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Esta Presidência convida, para tomarem assento à Mesa, o Deputado Ademir Lucas, Secretário de Esportes, representando o Governador do Estado; a Sra. Márcia Kubitschek, Secretária Adjunta de Turismo e Serviços do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, representando a Ministra Dorothea Werneck; a Deputada Federal Maria Elvira, membro da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo da Câmara Federal, representando a Câmara dos Deputados; o Desembargador Paulo Viana Gonçalves, 2º-Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, representando o Sr. Presidente, Desembargador Monteiro de Barros; Dr. Daltro Nogueira, Vice-Presidente da FIEMG e coordenador da Comissão de Representação deste seminário; Dr. George Norman Kutova, Presidente da UBRAFE e secretário da Comissão de Representação deste seminário.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião à abertura do Seminário sobre Turismo - Caminho das Minas.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Deputado Ademir Lucas, Secretário de Esportes e representante do Governador do Estado; Sra. Márcia Kubitschek, Secretária Adjunta de Turismo e Serviços do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e representante da Sra. Ministra Dorothea Werneck; Sra. Deputada Federal Maria Elvira, membro da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo da Câmara Federal e representante da Câmara dos Deputados; Desembargador Paulo Viana Gonçalves, 2º-Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e representante do Sr. Presidente, Desembargador Monteiro de Barros; Dr. Daltro Nogueira, Vice-Presidente da FIEMG e coordenador da Comissão de Representação deste seminário; Dr. George Norman Kutova, Presidente da UBRAFE e secretário da Comissão de Representação deste seminário, é com satisfação que a Casa abre suas portas a este seminário legislativo, que conta com a presença ativa e participante de cerca de 50 entidades ligadas ao setor turístico do Estado. Os trabalhos que acontecerão durante a semana já apresentam perspectivas concretas de sucesso, graças ao esforço dos representantes das instituições comprometidas com o evento. Na fase preparatória, após inúmeras reuniões e acalorados debates, foi definido um temário que, temos certeza, nos conduzirá a discussões capazes de abrir novos horizontes para as atividades turísticas em Minas. Este parlamento tem tido excelentes experiências de encontros dessa natureza. Neles faz-se concreta a parceria com a sociedade, parceria que fecunda a prática legislativa e aponta soluções novas, criativas, importantes, sobretudo por serem formuladas no interior de um processo democrático de troca de idéias e formulação de propostas.

O desemprego foi a preocupação dos 19 Chefes de Estado participantes da 5ª Conferência de Cúpula Ibero-Americana, em Bariloche. Na oportunidade, o Presidente Fernando Henrique Cardoso deixou claro que a criação de empregos é um dos principais desafios da América Latina. O problema, aliás, é o calcanhar-de-aquiles dos planos de estabilização econômica. O redimensionamento das atividades produtivas tem provocado ondas de demissões. A esses fatos conjunturais soma-se um fenômeno estrutural: a extinção de postos de trabalho causada pela evolução tecnológica e pela substituição do homem pela máquina.

O custo social da modernização e da reengenharia, necessárias para que nossa indústria cresça em competitividade, é enorme. Num mundo polarizado pelo binômio produção-consumo, o drama do desempregado adquire proporções gigantescas. Ele é atingido em sua auto-estima, é excluído, quase despojado de sua própria humanidade.

O desemprego é bomba de efeito retardado que pode fazer eclodirem revoltas e esgarçar o tecido social. A urgência de se criarem postos de trabalho aponta para o incremento das atividades terciárias como o possível caminho para a superação da crise. De fato, nelas é menor o impacto das novas tecnologias sobre o fator emprego. A competitividade se traduz numa equação qualidade-custo, que aconselha o investimento em mão-de-obra, particularmente em mão-de-obra qualificada.

O setor de serviços - aí incluído o turismo - é a grande promessa de resposta para os problemas gerados pelo esforço de estabilização e pela globalização econômica.

Nesse sentido, podemos dizer que Minas é privilegiada. Nossas potencialidades turísticas são inesgotáveis. Riquezas culturais, que incluem a pujança do barroco e um folclore dos mais belos, um patrimônio natural que conta com estâncias hidrominerais de fama já consolidada, estâncias climáticas, grutas, rios, lagos e parques ecológicos afirmam nossa inelutável vocação para a indústria sem chaminés.

O "folder" de divulgação deste seminário traz números eloquentes. No ano passado, o turismo internacional gerou divisas da ordem de US\$304.000.000.000,00. Nos Estados

Unidos, o faturamento do setor atingiu US\$56.000.000.000,00. A indústria de viagens gera, em todo o mundo, 212 milhões de empregos, e a atividade deve crescer 55% na próxima década. Enquanto isso, no Brasil, o faturamento com o turismo é de cerca de US\$1.500.000.000,00 ao ano.

Segundo dados da ABAV, desde a implantação do Plano Real, o turismo emissor no Brasil cresceu quase 100%, crescimento que não foi acompanhado nem de longe pelo turismo receptor. Não cremos que a situação seja diferente em nosso Estado.

A verdade é que estamos desperdiçando oportunidades. Há necessidade de mudanças urgentes que representem um despertar da sociedade com relação às possibilidades do setor. Temos nele não só uma saída para as dificuldades presentes, mas uma poderosa força propulsora que poderá alavancar nossa economia, colocando-a em novos patamares de desenvolvimento.

Como se vê, o presente encontro não poderia acontecer em melhor oportunidade. Que ele nos leve a descobrir, no "Caminho de Minas", novos caminhos para Minas.

Palavras da Secretária Márcia Kubitschek

A Sra. Secretária Márcia Kubitschek - Exmo. Sr. Deputado Agostinho Patrús, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Deputado Ademir Lucas, Secretário de Esportes e representante do Sr. Governador do Estado, Eduardo Azeredo; Exma. Sra. Deputada Federal Maria Elvira, representante da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Desembargador Paulo Viana Gonçalves, 2º-Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e representante do Sr. Desembargador Monteiro de Barros; Exmo. Sr. Dr. Daltro Nogueira, Vice-Presidente da FIEMG e coordenador da Comissão de Representação deste seminário; Exmo. Sr. Dr. George Norman Kutova, Presidente da UBRAFE e secretário da Comissão de Representação deste seminário; senhores representantes do Poder Legislativo de Minas Gerais, demais autoridades aqui presentes, membros da imprensa, senhoras e senhores, antes de mais nada, gostaria de parabenizar o Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, assim como toda a diretoria desta Casa, pela iniciativa tão feliz de proporcionar ao segmento do turismo o benefício da discussão, que sempre traz a luz, porque é através do diálogo que nós aprendemos. É através do diálogo que nós conseguimos encarar melhor os fatos e fazer com que o nosso trabalho seja realmente frutífero. Parabéns, Sr. Presidente, esta Casa pela iniciativa deste Seminário sobre Turismo. Parabéns os Srs. e as Sras. Deputadas do Estado de Minas Gerais por terem votado e por terem proporcionado ao povo de Belo Horizonte, ao povo de Minas Gerais, ao povo brasileiro em geral a participação neste seminário que, tenho certeza, só virá nos dar oportunidade de colhermos frutos por meio de um diálogo franco e aberto. Não estamos aqui apenas para aplaudir, não estamos aqui apenas para dizer que está tudo lindo e maravilhoso e que não há mais nada a fazer.

Estamos aqui, muito pelo contrário, para verificar onde estão as nossas dificuldades, os nossos problemas, os nossos estrangulamentos e criar soluções imaginativas para que a indústria sem chaminé - como o nosso Presidente mencionou tão bem - possa se desenvolver ainda mais no nosso País.

Gostaria de dizer, antes de mais nada, que muito me seduz a idéia de estar falando sobre turismo e, portanto, sobre o desenvolvimento, o engrandecimento e o enriquecimento do Brasil.

Como a maioria dos presentes sabe, este auditório chama-se Presidente Juscelino Kubitschek, e acredito que nunca houve um brasileiro que tenha amado tanto o seu País e as suas Minas Gerais, e, sobretudo, que tenha batalhado tanto pelo desenvolvimento da nossa terra. É sob a inspiração desse homem que, com seu espírito indômito e com sua vontade férrea, tanto fez para que a nossa Nação se desenvolvesse, que vamos principiar as nossas discussões para fazer com que o turismo, em Minas Gerais e no Brasil, possa se tornar um fator de desenvolvimento e uma alavanca de enriquecimento para o povo brasileiro e para o nosso País.

A nossa sociedade vem, dia a dia, despertando para a importância econômica do turismo. Empresários, políticos, formadores de opinião e estudantes estão, cada vez mais, incluindo o tema turismo em suas conversações. Assim, começam a dedicar maior atenção a essa indústria que gera empregos, distribui rendas, faz captação de divisas, possibilita a fixação do homem em sua localidade de origem e colabora sobremaneira para a minimização das desigualdades regionais deste vasto País.

As pessoas estão se tornando sensíveis ao tema porque estão percebendo que o turismo é uma atividade que as afeta diretamente, por apresentar características multifacetadas de uma realidade única, mantendo estreitos laços com vários outros segmentos da economia e com a vida da população, possibilitando maior crescimento de atividades paralelas ou sócias do turismo.

Essa é a atividade que nos mostra o caminho da redenção econômica do nosso País, e, com Minas Gerais, não poderia ser diferente, pois o nosso Estado consegue agrupar em um mesmo espaço a magnitude de uma arquitetura única com a riqueza de nossa cultura. Somos, afinal de contas, patrimônio cultural da humanidade. A enorme diversidade de manifestações do folclore e do artesanato, a singularidade de uma tradicional

culinária, o frio dos montes com o calor das águas termais só poderia ter um caminho: o caminho do turismo.

A promoção de Minas Gerais se confunde com a promoção do Brasil, pois em Minas temos um pedaço da história do nosso País, temos o calor humano e hospitaleiro dos mineiros, que sintetizam a esperança, marca registrada dos brasileiros.

O turismo de Minas Gerais é rico e diversificado. O Estado nos oferece todas as modalidades de turismo, sobretudo agora, com o "mar de Furnas", que até então nos faltava. Tive a oportunidade de lá estar, há muito pouco tempo, mais ou menos um mês e meio, em companhia do Exmo. Sr. Governador Eduardo Azeredo, da Deputada Maria Elvira e do nosso representante, Deputado Ademir Lucas. Estivemos em Formiga, no "mar de Furnas", e fiquei absolutamente impressionada com aquela magnífica baía, que chamamos mar, um mar maior que a Baía de Guanabara e que poderá ser o nosso mar, o nosso oceano e as nossas praias, as únicas coisas que faltavam para que o turismo em Minas Gerais fosse completo.

Como já disse, somos patrimônio cultural da humanidade, em vista de nossas cidades barrocas, que não existem em nenhum lugar do mundo, nem mesmo em Portugal, que gerou esse tipo de arquitetura. Temos as nossas estâncias minerais, nossas estâncias térmicas, que são as mais conhecidas do Brasil, e hoje temos aquela maravilha que é a Bacia de Furnas, o nosso mar do futuro. De modo que Minas Gerais tem tudo, inclusive a posição geográfica, para se tornar um grande centro turístico do nosso Brasil. Belo Horizonte é uma cidade que nós todos amamos, pois, afinal de contas, a maioria aqui é mineira da gema, como se diz. Eu, pelo menos, sou, pois nasci aqui, no Hospital São Lucas. Tenho muito orgulho de ser mineira da gema.

Belo Horizonte tem tudo para se tornar um grande centro de turismo de negócios. Sabemos que o turismo tem várias modalidades: o turismo de lazer, o cultural, o econômico e o de negócios. Belo Horizonte tem a vocação de uma grande Capital de turismo de negócios. Geograficamente, ela fica exatamente no meio de um dos maiores centros de geração de riquezas do Brasil. Fica entre a Capital Brasília, entre São Paulo e os Estados do Sul, entre o Rio de Janeiro e os Estados do Sudeste, e, também, exatamente ao sul da Bahia e, portanto, ao sul do Nordeste. Tenho certeza de que o nosso Governador, Eduardo Azeredo, assim o fará, porque ele já me mostrou essa vontade pessoalmente. Disse-me que irá fazer, no menor espaço de tempo possível, a feira de exposições no Parque da Gameleira e o Centro de Convenções de Belo Horizonte e Minas Gerais. Com essas duas obras, o Governador e sua equipe, chefiada pelo Exmo. Sr. Secretário Dr. Ademir Lucas, farão isso no menor espaço de tempo possível, e Belo Horizonte assumirá o seu papel, definitivamente, de precursor de turismo de negócios, fazendo com que o maior número de eventos de convenções e feiras de exposições venha a se realizar aqui, na nossa terra. E com uma grande vantagem sobre São Paulo, sem querer fazer comparações. São Paulo realmente é uma grande Capital de turismo de negócios, mas ele fica restrito a isso. Em Minas Gerais, se tivermos a oportunidade de criar esse centro, para nos beneficiar do desenvolvimento dessa facção do turismo de negócios, vamos ter, também, o turismo de lazer. Assim, aquelas pessoas que aqui vierem para participar de feiras de exposição, do centro de convenções, terão a oportunidade de visitar as nossas cidades históricas, que estão a uma hora e trinta minutos, aproximadamente, de Belo Horizonte. De modo que essa é uma das metas prioritárias do Governo de Minas Gerais.

Gostaria, ainda, de dizer que o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, através da SELT e da EMBRATUR, está empenhadíssimo em colaborar com o Estado de Minas Gerais para que isso se torne realidade o mais rápido possível. Turismo é parceria. Se não houver uma parceria entre os Governos Federal, Estadual e Municipal e a iniciativa privada, não haverá o turismo. Turismo é, antes de mais nada, parceria. Portanto, senhores e senhoras aqui presentes, se todos dermos as mãos, poderemos, no menor espaço de tempo possível, inaugurar a feira de exposição e o centro de convenções do Parque da Gameleira.

A parceria do Governo Estadual com a iniciativa privada, a promoção de Minas no Estado do Rio de Janeiro e outras atividades do gênero em outros Estados da Federação, a melhoria da infra-estrutura básica existente, a criação de novos equipamentos turísticos e o apoio à diversificação dos empreendimentos vêm possibilitando a Minas Gerais retomar o seu devido espaço na indústria do turismo no Brasil. O exemplo de criatividade, competência e profissionalismo demonstrado por Minas Gerais no último Congresso Nacional da ABAVE, onde arrebatou o prêmio de melhor "stand" da feira de exposição, é prova substancial da seriedade com que o turismo é tratado pelos mineiros. É um orgulho para mim estar aqui, neste momento, testemunhando e trazendo minha singela contribuição para o crescimento do turismo de Minas. Parabéns a todos que souberam descobrir que o turismo é um dos caminhos das nossas Minas Gerais. E gostaria de enfatizar, mais uma vez, que o turismo não é apenas a indústria que tem o retorno mais rápido e mais fácil, mas também a indústria que mais cresce, hoje, no mundo. E isso é muito fácil de ser explicado, porque, na medida em que a carga horária dos trabalhadores diminui, sobretudo nos países mais

desenvolvidos - os chamados países do Primeiro Mundo -, cresce a carga horária do seu elemento de lazer. Portanto, hoje é mais fácil se fazer turismo de uma forma mais intensa e mais freqüente. Temos de levantar neste seminário aqueles pontos que ainda estão estrangulando o turismo no Brasil. Não digo o turismo de Minas Gerais e sim o do Brasil. Um desses pontos de estrangulamento é o problema do financiamento. Temos de fazer com que o turismo receptivo, sobretudo o turismo interno brasileiro, possa se beneficiar da mesma linha de crédito de financiamento que existe hoje para o turismo emissivo. Em outras palavras: é necessário que o Banco Central e que a equipe econômica se dêem conta de que isso não vai afetar o Plano Real. Assim, poderemos fazer com que o turismo receptivo e o turismo interno brasileiro possam se beneficiar do mesmo tipo de financiamento parcelado de que o turismo emissivo, hoje, se beneficia, para possibilitar aos brasileiros irem conhecer o mundo lá fora. Não queremos, de forma alguma, diminuir esse turismo emissivo. Queremos, sim, aumentar o turismo receptivo e o turismo do brasileiro no seu próprio País. É necessário que o brasileiro do Norte conheça o Sul, o do Sul conheça o Norte, o do Leste conheça o Oeste e o do Oeste conheça o Leste. Isso é imprescindível.

Outra coisa que considero da maior importância e que gostaria que fosse discutida nesse seminário é a questão da flexibilização das nossas linhas aéreas. É importantíssimo que as linhas regionais proliferem. É necessário que o turista vá onde queira ir. É necessário que o turista chegue onde deseje chegar. Para isso, ele precisa de meios de locomoção. Então é importante que haja uma flexibilização e, sobretudo, uma compreensão maior das grandes companhias que carregam a Bandeira do Brasil, para que aumentem o fluxo de vôos "charter" para o Brasil, que ainda é muito pequeno. Precisamos mudar a consciência do brasileiro nesse aspecto. É isso que o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, o Governo Federal, os Governos Estaduais e as Assembléias Legislativas têm procurado mostrar a todos os segmentos interessados em turismo no Brasil e ao povo brasileiro em geral. Essa realidade, num curto espaço de tempo, precisa ser modificada para que possamos pular dos 2.900.000 turistas receptivos, que esperamos receber no Brasil em 1995, para o dobro, o triplo, o quádruplo nos próximos anos.

Agradeço a oportunidade que o Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais me proporcionou de dizer a vocês essas breves palavras. Vamos continuar esse diálogo amanhã.

Gostaria de dizer para nossas Minas Gerais que não esmoreçam, que os Poderes Legislativo e Judiciário não esmoreçam, porque Minas tem tudo para ser não somente uma grande Capital de turismo dentro das nossas Minas, mas para ir, também, além das Gerais. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Esta Presidência agradece a presença de S. Exa. o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Paulo Viana, representante do Tribunal de Justiça de nosso Estado; do Secretário Ademir Lucas, representante do Sr. Governador do Estado Eduardo Azeredo; da nossa prezadíssima Deputada Maria Elvira, que tanto faz falta a esta Casa, hoje emprestando sua inteligência e sua liderança a Brasília, que representa, nesta solenidade, a Câmara Federal; dos Drs. Daltro Nogueira e George Norman, Presidente e Secretário da Comissão de Representação deste seminário; dos Presidentes de demais entidades, permitindo-me citar o nome do meu amigo Cícero Lage, que é o Vice-Presidente da UBRAFE, que hoje empresta, também, sua inteligência a essa entidade nacional. Também quero, de forma muito especial, agradecer, emocionado, a presença da nossa querida Márcia Kubitschek. Sua presença é a Minas viva, como também o é a lembrança de seu pai, tão saudosa para todos nós. Ele foi o mineiro que mais fez para que os brasileiros acreditassem no nosso País.

Informo que amanhã começaremos com as reuniões de grupo, que se iniciarão às 8 horas e se prolongarão juntamente com as reuniões plenárias até a próxima quinta-feira, ocupando toda a atenção da Assembléia Legislativa e de nós, Deputados, que queremos nos aprofundar nas discussões. Temos certeza de que o turismo terá um avanço histórico e que todos nós aqui presentes, participantes deste seminário, seremos os autores dessa grande transformação. Assim, convoco os Deputados para essas reuniões de grupo.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência, verificando, de plano, a inexistência de "quorum" para continuação dos trabalhos, encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 24, às 14 horas, com a ordem do dia regimental, e para a extraordinária, também de amanhã, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 25/10/95

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos. Prosseguimento do Seminário Legislativo Turismo - Caminho das Minas.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Regimental

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 25/10/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposição da Comissão:

Requerimento de autoria do Deputado Cléuber Carneiro.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, INVESTIGAR A EXISTÊNCIA DE ESCRAVIDÃO POR DÍVIDAS DE TRABALHO NO DESMATAMENTO E PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL NA REGIÃO NORTE DE MINAS, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 25/10/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Antônio Zambalde do Prado, Diretor da Siderúrgica Bandeirantes; Antônio Pontes Fonseca, Diretor-Presidente da CALSETE, Olegário Dias, Presidente da SICAFE, e Amaury Ribeiro Júnior, jornalista.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 25/10/95, destinada à discussão e à votação de pareceres e à votação de requerimentos; à apreciação dos seguintes projetos de lei de autoria do Governador do Estado: Projetos de Lei n.ºs 406/95, que autoriza o Estado de Minas Gerais a praticar os atos que menciona, 407/95, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel ao patrimônio do Município de Ouro Preto, 408/95, que autoriza o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais a vender parte de

imóvel de sua propriedade, situado no Bairro Belmonte, em Belo Horizonte, 428/95, que autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública Caixa de Amortização da Dívida - CADIV - e dá outras providências, 429/95, que autoriza a realização de operações de crédito para os fins que menciona, 430/95, que autoriza a alienação de ações de propriedade do Estado que integram o capital social da CEMIG e do BEMGE e dá outras providências, e 431/95, que autoriza a alienação das ações do CREDIREAL, da Proposta de Emenda à Constituição n° 11/95, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que assegura direito de percepção de adicionais por tempo de serviço a servidor público, e do Projeto de Resolução n° 349/95, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a nomeação de Conselheiro do Tribunal de Contas pela Assembléia Legislativa; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de outubro de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n° 16/95

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauri Torres, Elbe Brandão, Ajalmar Silva, Anderson Aduato, Bonifácio Mourão, Antônio Genaro, Gil Pereira, Bilac Pinto, Simão Pedro Toledo, Gilmar Machado, Durval Ângelo, Alencar da Silveira Júnior, Carlos Pimenta e Paulo Schettino, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 25, às 14h30min, no Plenarinho IV, com a finalidade de se apreciar, no 1° turno, o parecer do relator, Deputado Simão Pedro Toledo.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 1995.

Clêuber Carneiro, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1° TURNO DO PROJETO DE LEI N° 453/95

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer
Relatório

De autoria do Deputado Wanderley Ávila, o Projeto de Lei n° 453/95 visa declarar de utilidade pública a Creche Grazia Barreca Castagna, com sede no Município de Belo Horizonte.

Publicada em 15/9/95, foi a proposição encaminhada para exame preliminar à Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice, na ordem jurídica, à sua tramitação. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 1° turno, nos termos do art. 104, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Creche Grazia Barreca Castagna é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que, por meio de laborioso trabalho, exerce a guarda diurna de crianças até 5 anos de idade em benefício das mães que trabalham fora do lar. No desempenho desse nobre mister proporciona melhores condições de vida às crianças e a suas famílias, quanto a saúde, higiene, educação, trabalho e alimentação.

Pelos relevantes serviços que a instituição vem prestando à sociedade de Belo Horizonte, concluímos ser justa a declaração de sua utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei n° 453/95 no 1° turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 1995.

João Leite, relator.

PARECER PARA O 2° TURNO DO PROJETO DE LEI N° 387/95

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer
Relatório

De autoria do Deputado Geraldo Rezende, o Projeto de Lei n° 387/95 objetiva declarar de utilidade pública a União Mineira de Judô Tradicional - UMJT -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Aprovado o projeto no 1° turno, com a Emenda n° 1, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2° turno, nos termos regimentais.

Em cumprimento ao disposto no § 1° do art. 196 do Regimento Interno, elaboramos a

redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

A referida instituição, para a consecução de seus objetivos, desenvolve atividade de cultura física, criando um espírito de solidariedade e ajuda mútua entre seus filiados.

Ratificando a posição desta Comissão no 1º turno, consideramos ser a entidade merecedora da declaração de sua utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões exaradas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 387/95 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 1995.

João Leite, relator.

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE LEI Nº 387/95

Declara de utilidade pública a União Mineira de Judô Tradicional - UMJT -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a União Mineira de Judô Tradicional - UMJT -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PARECER SOBRE O SUBSTITUTIVO Nº 1, APRESENTADO EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 21/95

Comissão de Administração Pública

Relatório

O substitutivo em tela, de iniciativa do Deputado Carlos Murta, apresentado quando da discussão do projeto no 2º turno, visa a estender a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança aos veículos automotores particulares, oficiais e de aluguel.

Após ter sido discutida em Plenário, no 2º turno, retorna a proposição a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 195, § 2º, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta originária pretende tornar obrigatório o uso do cinto de segurança em veículos automotores do transporte coletivo intermunicipal.

O Substitutivo nº 1, em comento, estende a obrigatoriedade de utilização do cinto também em veículos particulares, oficiais e de aluguel, conforme as disposições constantes no seu art. 1º.

A proposição inova, ainda, na aplicação da norma aos veículos destinados ao transporte coletivo, ficando apenas o condutor desses obrigado a utilizar o referido equipamento de segurança.

É fácil constatar a conveniência e a oportunidade da medida proposta, extensiva a todos os veículos, pois a adoção dessa prática em algumas unidades da Federação tem reduzido sensivelmente o número de vítimas em acidentes automobilísticos. Há que se considerar que essa diminuição representa, sem dúvida, economia de recursos, via de regra destinados pelo poder público ao atendimento médico-hospitalar dos acidentados.

Com o propósito de aperfeiçoar a proposição, entendemos oportuna, contudo, a apresentação das Emendas nºs 1 e 2, que passam a fazer parte deste parecer.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Substitutivo nº 1, apresentado no 2º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, a seguir redigidas.

EMENDA Nº 1

Suprima-se do art. 4º a expressão "e, no caso dos veículos de transporte coletivo, também a rescisão do contrato de concessão."

EMENDA Nº 2

Suprima-se o art. 3º do Substitutivo nº 1.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 1995.

Ajalmar Silva, Presidente - Jairo Ataíde, relator - Elbe Brandão - Carlos Murta - Bonifácio Mourão.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 17/10/95

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público da galeria,

imprensa, dois motivos principais me trazem a esta tribuna, neste dia. O primeiro é para registrar, desta tribuna, o repúdio de nós, os católicos, contra o absurdo de uma manifestação impensada e irresponsável de um cidadão que se diz bispo pertencente a uma determinada Igreja não reconhecida. Ao fazer aquelas cenas absurdas, mostradas pela TV, ele demonstrou sua falta de preparo e o quanto está distante da verdadeira mensagem do Evangelho. Ele agrediu não só os católicos, mas também o povo brasileiro. Queria, portanto, deixar registrada uma moção de repúdio contra a atitude daquele cidadão que a imprensa divulgou.

O segundo motivo que me traz aqui é um projeto de nossa autoria, que está tramitando nesta Casa e que dispõe sobre matéria de gravidade incalculável. Trata-se do projeto de lei que diz respeito ao tratamento que é dispensado à batata, um alimento indispensável na vida de cada família.

Muitas discussões têm sido travadas acerca dos problemas ambientais e ecológicos e quero apresentar mais algumas reflexões sobre eles. No que se refere à questão ecológica, considero que a ocasião é propícia para se refletir sobre a forma como o homem vem se comportando com a natureza e o meio ambiente.

Ao percorrermos Belo Horizonte, com extrema frequência deparamos com ambientes desagradáveis em decorrência da acumulação e até da queima de lixo nas ruas, avenidas e praças da Zona Central da cidade. Nos bairros periféricos, esses problemas se agudizam com a conseqüência grave das doenças de toda a espécie e suas seqüelas. O lixo degrada o meio ambiente, uma vez que apresenta, quase sempre, resíduos não degradáveis, não assimilados pela natureza. O grande acúmulo de lixo reflete o desperdício dos recursos naturais e o descaso com eles. É reflexo do modo de produção de uma sociedade inescrupulosamente consumista. Obviamente, este fato toca diretamente à responsabilidade dos nossos administradores municipais. As Prefeituras não estão, ainda, conseguindo erradicar os pontos de acumulação do lixo que, por sua decomposição, poluem, cada dia mais, as nossas cidades.

Gostaríamos de solicitar ao Sr. Prefeito e aos Srs. Vereadores por Belo Horizonte, em primeiro lugar, que dêem o exemplo; e a todos os municípios que resolvam os problemas de acumulação de lixo e de poluição, pois uma obrigação prioritária é cuidarmos da saúde de toda a nossa população.

Quero conclamar também os Srs. Deputados e a esta conceituada Casa a promovermos um seminário sobre a questão do lixo doméstico, seguido de campanhas educativas de mobilização da sociedade, das entidades ambientais, das instituições privadas e do poder público, a fim de que, por meio do debate e da participação, encontremos soluções para tais problemas.

Ao Governo Estadual, gostaríamos de pedir que tome efetivas providências para fazer cessarem os incêndios que, ano a ano, estão acabando com as nossas florestas, desequilibrando terrivelmente o nosso ecossistema.

Mas, a isso tudo e a toda a sua gravidade e conseqüências sociais, se sobrepõe um fato que é ainda mais terrível. Como todos nós sabemos, a França, ou melhor, o Sr. Jacques Chirac, Presidente da França, tem-se colocado de costas ao clamor do mundo inteiro contra as provas nucleares no Atol de Mururoa. Nossos Governos, nacional e estadual, nós mesmos, como Poder Legislativo, não nos temos pronunciado ou feito campanha contundente contra essas provas nucleares absurdas, provocadoras, atentatórias da paz e, sobretudo, prepotentes. Me preocupa muito a personalidade arrogante do atual chefe de estado francês. Corremos o risco de que ressurjam daí velhas e condenadas formas de atentados contra a humanidade.

O outro assunto que anunciei refere-se a um projeto de lei, cuja apresentação perante a Mesa desta Casa formalizei na última semana. Trata-se de um projeto que visa à proteção da saúde das pessoas e do meio ambiente, pela regulamentação do processo de lavagem de batatas em nosso Estado.

Quando entramos, como consumidores, em um estabelecimento comercial, o bom senso nos recomenda atenção para dois fatores: o preço e a qualidade. Essa norma, de aplicação universal, tornou-se particularmente necessária em nosso País - tanto pela enorme disparidade dos valores atribuídos às mercadorias quanto pelo risco de levarmos para casa produtos de satisfação duvidosa.

Tais distorções, decorrentes da cultura inflacionária e da frágil vigilância dos direitos do consumidor, devem ser combatidas, especialmente, no setor de alimentação em que pode ser afetado não apenas o nosso bolso mas também a nossa saúde.

Essa preocupação com a aparência dos produtos, que nos acompanha ao percorrermos um supermercado, uma mercearia, uma feira de hortifrutigranjeiros, às vezes, porém, pode nos trair. É o caso, por exemplo, da batata, alimento de largo consumo na mesa do brasileiro. Qualquer dona-de-casa é levada a dar preferência ao produto mais bonito, mais limpinho, pela convicção de que é mais saudável, mais livre de impurezas e de contaminações. Com a batata (e demais tubérculos), não é bem assim. Precisamente para ter mais apelo junto ao comprador, esse produto passou a chegar às bancas e às prateleiras só depois de ser submetido a um processo industrial de lavagem. Não há dúvida de que fica com um aspecto melhor. Mas não se garante que seja mais

recomendável para a saúde.

A explicação, fundada em análises do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -, órgão da Secretaria da Agricultura, é simples. Em primeiro lugar, ao ser lavada, a batata perde uma camada natural de proteção, que preserva suas características nutricionais, prolonga seu período de conservação e evita o esverdeamento, resultante de um processo químico que a torna imprópria para o consumo. Em segundo lugar, a água utilizada pelas unidades lavadoras é quase sempre inadequada do ponto de vista sanitário, constituindo-se em veículo potencial de transmissão de doenças. Pesquisa realizada pelo IMA, em municípios produtores de batata no Sul de Minas, revela que apenas 20% dessas unidades trabalham com água da COPASA, enquanto o restante faz a captação direta dos cursos de água naturais, açudes, represas, poços artesianos, sem qualquer tratamento.

Um terceiro fator negativo, apresentado pelo sistema de lavagem de batatas, são suas conseqüências para o meio ambiente. É praticamente unânime entre as lavadoras o procedimento de despejar nos mananciais a água usada na limpeza do produto, sem qualquer processo de purificação. Resíduos de agrotóxicos e de fertilizantes, ente outros, são lançados, em grande quantidade, como efluentes, em nossos rios e lagoas. Ressaltem-se, nesse aspecto, os casos em que, à jusante das instalações, a água contaminada é captada pelas Prefeituras para distribuição municipal. Os danos causados ao meio ambiente e os riscos de transmissão de doenças levaram vários países da Comunidade Européia a proibir o sistema de lavagem industrial de batatas. Alguns Estados brasileiros, como o Rio de Janeiro e o Paraná, também já possuem normas legais disciplinando o assunto.

Estamos apresentando à Casa um projeto de lei que estabelece um meio termo, considerando, de um lado, a necessidade de proteger a saúde da população e os recursos hídricos e, de outro, respeitar os hábitos de consumo e os investimentos feitos pelos empresários do setor.

Propomos, em resumo, que o processo industrial de limpeza das batatas seja condicionado à adoção de padrões sanitários referentes à água utilizada e aos cuidados posteriores para evitar a poluição dos mananciais. Inserimos também no projeto a proposta de que o poder público promova, junto à população, campanhas de esclarecimento sobre as vantagens do consumo de batatas escovadas, ao invés de lavadas. A limpeza a seco, sabemos, não deixa o produto com aparência tão boa, mas, com certeza, convém mais à saúde do consumidor e à preservação do meio ambiente.

Estamos convictos de que, com a transformação desse projeto em diploma legal, Minas estará dando mais um passo importante para conciliar as atividades agrícolas com os interesses da população e a proteção dos recursos naturais.

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - Esta Presidência comunica ao nobre Deputado que o seu tempo já se esgotou. Existem inúmeros Deputados inscritos e não podemos ceder dois ou três minutos para cada um.

O Deputado Miguel Martini - Já estou encerrando, Sr. Presidente. Gostaria apenas de dizer que Minas Gerais produz 20% de toda batata produzida no Brasil. Muito obrigado.

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, no segundo semestre deste ano tenho ocupado esta tribuna para debatermos a minha idéia da não-emancipação, da não-criação de municípios no Estado de Minas Gerais.

Meu objetivo ao debater tal questão é fazer com que esta Casa entenda que não é o momento propício, não é o momento certo para criar municípios no Estado. Tenho dito que as emancipações, com as finanças públicas brasileiras da forma como se encontram, são absolutamente inviáveis; com as finanças públicas estaduais, da mesma forma, também são absolutamente inviáveis.

No entanto, devemos reconhecer que existem distritos que, com as finanças públicas em dia, com uma política social aplicada em termos de Estado e da Federação, podem naturalmente ser emancipados. Mas neste momento é uma incoerência, é trabalhar contra o povo brasileiro e mineiro optar pela criação de municípios em Minas Gerais.

Será uma forma de criar emprego para Prefeitos e para uma Câmara de, no mínimo, nove Vereadores, para formar aqui um curral eleitoral futuro. Ano que vem tem eleição para Prefeito e Vereadores, e, em 1998 teremos eleições para Presidente da República, Governadores de Estado, Deputados Federais e Estaduais e Senadores. Então, entendo que neste momento não podemos ficar de acordo com a criação de municípios em Minas Gerais, porque as finanças públicas estão de arrasto, as finanças públicas estão deterioradas. Amanhã ou depois, quando tudo isso se consertar, daqui a oito ou dez anos, quem sabe, aí sim, poderemos, com a consciência tranqüila, propor a emancipação e a criação de municípios em nosso Estado. Fora isso, sou absolutamente contrário e tenho debatido e lutado aqui na Assembléia Legislativa.

Fui procurado, na semana passada, pelas lideranças políticas da cidade de Ipanema, Minas Gerais, na pessoa do Prefeito, o médico Dr. Jairo de Souza Coelho, e por várias lideranças no sentido de fazermos com que o Distrito de Taparuba fosse retirado da consulta plebiscitária que vai se dar no próximo domingo, dia 22. Assumi esse compromisso com a comunidade de Ipanema, com o Distrito de Taparuba, cujas lideranças

estão, em grande parte, aqui representadas. Por que queremos que se retire Taparuba da consulta plebiscitária de domingo? Acompanhando o requerimento estão diversos documentos que comprovam que o distrito não preenche os pré-requisitos da lei: não possui os 2.000 eleitores nem as 400 casas. Isso está muito bem explicado. Como se não bastasse, existem diversas dúvidas que os senhores vão observar na leitura do requerimento que vou oferecer à Mesa desta Casa, para a retirada de Taparuba da consulta plebiscitária de domingo. O requerimento tem o seguinte teor: (Lê requerimento de sua autoria, publicado na edição de 19/10/95, cuja justificação é a que se segue.)

- O requerimento lido pelo Deputado Geraldo Rezende foi publicado na edição do dia 19/10/95.

De acordo com a documentação anexa, o Distrito de Taparuba, pertencente ao Município de Ipanema não atende aos requisitos legais, motivo pelo qual venho requerer a apuração dos fatos apresentados nos documentos relacionados a seguir:

A relação dos eleitores da 129ª zona eleitoral de Ipanema, com as respectivas seções, possui assinaturas supostamente falsas, conforme está sendo apurado pelo Inquérito Policial nº 002/95, em tramitação na Superintendência Geral de Polícia Civil.

Nessa mesma relação, pode ser constatado que 65 eleitores pertencem ao Distrito de Três Barras, e não a Taparuba, pois os eleitores das 26ª e 27ª seções da 129ª zona eleitoral de Ipanema, de acordo com a Justiça Eleitoral, estão inscritos no Distrito de Três Barras.

O Prefeito Municipal não remeteu a esta Casa a declaração exigida por lei de que existem 400 moradias, pelo fato do Distrito de Taparuba possuir apenas 237 moradias regularmente cadastradas, conforme atesta ofício do Prefeito dirigido ao ilustre Presidente.

A certidão da Justiça Eleitoral, datada de 8/5/95, comprova a existência de 1.482 eleitores no Distrito de Taparuba, número inferior ao exigido pela Lei Complementar nº 37. Somados aos 646 eleitores do Distrito de Três Barras, perfaz-se um total de 2.128 eleitores.

Segue cópia da certidão expedida pela Superintendência Geral de Polícia Civil informando sobre a abertura de inquérito policial para apurar possível prática do delito de falsificação de assinaturas de eleitores visando fundamentar o processo de emancipação de Taparuba. E também declaração do engenheiro da Prefeitura Municipal de Ipanema informando a inexistência de 400 moradias e relatando a forma como foi feita a recontagem das moradias pelos funcionários desta Casa indicados para tal fim.

Quero, Sr. Presidente, protocolar esse requerimento aqui na Assembléia e pedir que ele tenha prioridade, no sentido de que até no próximo domingo seja suspenso pelo TRE o plebiscito a ser realizado em Taparuba.

Encerrando, quero dizer que a nossa luta nesta Casa vai continuar, mesmo que a consulta plebiscitária seja realizada em Taparuba, e nosso voto, aqui na Assembléia Legislativa, será contrário à criação do município. Muito obrigado.

A Deputada Maria José Haueisen* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, distinta galeria, representantes da imprensa, no último dia 15, celebramos o dia dos professores.

Como professora que sou, desde que entrei para esta Casa, sempre fiz questão de, nesta data, lembrar a luta dessa classe por dignidade, melhores salários e reconhecimento. Lembro sempre, também, o luto que encobre a educação desde que, gradualmente, a ditadura e os governantes neoliberais provocaram o sucateamento do ensino público e a completa desvalorização do professor.

Infelizmente, ainda não chegou a hora das boas novas: a maioria dos professores vive hoje sobrecarregada por jornadas de trabalho que incluem dois ou três turnos e uma média de quinze horas diárias de trabalho. As pressões e tensões são constantes, levando-os às doenças cardiovasculares e aos transtornos mentais, responsáveis por 50% dos casos de doença registrados na categoria. Em comum com o sacerdócio resta o sacrifício, a dedicação total e a esperança de dias melhores. E quando se espera a luz no fim do túnel, chegam mais sustos e tensões: ao lado do fim da estabilidade, o Presidente Fernando Henrique propõe o fim da aposentadoria especial, que permite à professora aposentar-se após 25 anos de trabalho e ao professor após 30 anos. Pela nova proposta, o professor passa a trabalhar 40 anos ou precisa chegar aos 60 para requerer a aposentadoria. Em uma carreira do nível de exigência contido no magistério, é um tempo inconcebível.

Quero ressaltar, também, a falácia que percebemos no discurso do Sr. Fernando Henrique, quando alardeia, justamente no Dia do Professor, que a sua reforma possibilita a elevação do salário dos professores de 1ª a 4ª série do primeiro grau, para R\$300,00, em média. Em contrapartida, algumas das poucas vantagens da classe seriam cortadas: abono de faltas justificadas e licenças.

Na verdade, o salário proposto para o início de carreira significa R\$150,00 para os professores com 2º grau e R\$250,00 para os professores com 3º grau, projetando, para

o final de carreira, R\$300,00 e R\$500,00, respectivamente. O que o Presidente consegue com isso é apenas confundir o magistério, sem nenhum avanço, para não dizer com retrocessos.

O que Fernando Henrique fez foi rasgar o acordo firmado em setembro, na Granja do Torto, durante a Conferência Nacional de Educação para Todos, que assegurava o piso salarial profissional nacional e o plano de cargos e salários para todos os trabalhadores e trabalhadoras em educação no País.

O que Fernando Henrique faz é investir na propaganda maciça, passando à sociedade a falsa idéia de que as demandas educacionais estão sendo atendidas, que a escola pública e o magistério estão sendo contemplados.

O que Fernando Henrique faz é agilizar a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases no Senado, passando por cima da LDB democrática que foi resultado do esforço de seis anos da sociedade civil e do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

O que Fernando Henrique faz é, além de romper o acordo, enviar ao Congresso emendas constitucionais que não resultaram do pacto das várias entidades comprometidas com a valorização do magistério. O pacto firma o piso salarial do magistério em R\$431,07 para 24 horas semanais. O tratamento dispensado por Fernando Henrique à situação demonstra o caráter autoritário deste governo neoliberal, que revela a sua estratégia de empurrar para os Estados e municípios as demandas educacionais e jogar para a iniciativa privada os gastos com as escolas, afastando cada vez mais o Estado de seu compromisso para com as políticas públicas de educação básica, eximindo-se, inclusive, de aplicar os 9% que são obrigação da União.

A proposta do MEC de criação dos fundos estaduais divide a miséria, compondo o fundo com 60% dos recursos vinculados de Estados e municípios. Todos sabem que Estados e municípios estão de pires na mão. Não há que pensar em qualidade do ensino com essa proposta do MEC, que praticamente torna institucional as duplas e triplas jornadas, por uma questão de sobrevivência. Diante desse quadro, a qualidade total do ensino é uma falácia, uma grande bravata, que devemos denunciar em alto e bom som.

Aos professores, nesta data, os nossos votos de muita força para lutar contra a corrente. A eles, o nosso abraço de pêsames pela educação que a cada dia é golpeada pelos ataques neoliberais travestidos de conquistas. Que os professores não se deixem enganar. Que saibam reagir e impor-se, a fim de que sejam minimamente reconhecidos e recompensados.

Sr. Presidente, quero, ainda, abordar outro assunto, que continuarei abordando, seja qual for minha fala nesta tribuna. Queria lembrar quanto é importante para nós que esse painel funcione. Ele custou dinheiro à Assembléia Legislativa, deu a todos nós a esperança de que a apuração do voto neste Plenário seria rápida e que manteria, com muita lisura, o resultado das votações.

O que temos visto, Sr. Presidente, é um painel enfeitando a parede deste Plenário. O que temos visto é o descaso que existe na direção desta Assembléia Legislativa em colocar esse painel funcionando. Já sei, como participante da Mesa, que o requerimento para agilizar o funcionamento do painel já foi encaminhado à comissão técnica, mas isso não basta. O nosso empenho tem que ser constante, a nossa luta para o uso do painel tem que ser diária. Esperamos que o painel desta Casa funcione. Muito obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes, é com alegria que venho à tribuna para registrar um fato acontecido entre 12 e 15 de outubro último: a III Assembléia Nacional dos Organismos do Povo de Deus. Reuniram-se, em Itaici, representantes da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; da CNIS - Conferência Nacional dos Institutos Seculares; da CRB - Conferência dos Religiosos do Brasil; da CND - Comissão Nacional dos Diáconos; da CNC - Comissão Nacional do Clero; e do CNL - Conselho Nacional dos Leigos. Foram cerca de 244 delegados de todo o Brasil, representando os seis organismos que compõem o povo de Deus no Brasil. Lá estivemos como delegado do Conselho Nacional de Leigos de Minas Gerais e do Espírito Santo.

É importante registrar a discussão que lá tivemos, com a presença de irmãos de outras igrejas cristãs, como a Anglicana, a Metodista e a Luterana, mostrando que o clima entre as verdadeiras igrejas evangélicas é um clima de união, diferentemente do que temos visto nos últimos dias, nas atitudes criminosas daqueles que se dizem evangélicos, mas que são seguidores do Bispo Edir Macedo. Esta assembléia mostra que, hoje, no Brasil, o clima de intolerância não tem mais espaço, não tem mais sentido e, por isso, deve ser deixado no esquecimento.

Além da discussão que tivemos sobre a questão dos rumos da evangelização da Igreja Católica no ano 2000, duas moções foram aprovadas nessa III Assembléia dos Organismos do Povo de Deus: uma moção de apoio à reforma agrária e outra ao Tricentenário de Zumbi dos Palmares, as quais gostaria de ler, para deixar bem claro qual é o pensamento da Igreja Católica do Brasil com relação a essas duas questões fundamentais e o que anda sendo discutido nas bases e na cúpula da Igreja.

O título da moção da reforma agrária é "Terra de Deus, Terra de Irmãos!". Segue-se uma citação do Papa João Paulo II: "Sobre toda propriedade privada pesa uma hipoteca social". O texto é o seguinte: (- Lê:)

"Reunidos, na III Assembléia Nacional dos Organismos do Povo de Deus (Conferência Nacional dos Institutos Seculares - CNIS, Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Comissão Nacional de Diáconos - CND, Comissão Nacional do Clero - CNC, Conselho Nacional dos Leigos - CNL), 244 delegados vindos de todas as regiões do Brasil, como Igreja, renovamos nosso compromisso de participar da construção de uma sociedade justa e solidária.

Dentro deste compromisso, acompanhamos atentamente a situação de milhares de famílias sem terra, que ainda precisam enfrentar tantas resistências para conseguirem o que lhes é de direito, de maneira justa e pacífica: terra para trabalhar e viver com dignidade. "Se Deus, em sua providência, tinha entregue a terra aos homens, isso queria significar que a tinha dado a todos. Por isso, as riquezas da criação haviam de ser consideradas como um bem comum da humanidade inteira" (João Paulo II, Terceiro Milênio, 13).

Ameaças de morte, atentados, torturas, massacres, truculência policial, morosidade das autoridades, tudo isto acaba acirrando a violência no campo e mostra a urgência de que no Brasil se efetive uma reforma agrária verdadeira e eficaz, acompanhada de uma política agrícola de apoio à pequena propriedade e à produção de alimentos.

Corumbiara; Fazenda Triângulo em Rondônia; Fazenda Mocambo, em Vitória da Conquista, Bahia; Pontal e Mirante do Paranapanema, em São Paulo, são, entre outras, situações que exigem medidas rápidas e eficazes do Congresso Nacional, do Poder Executivo Federal, do Judiciário, com o acompanhamento atento do Ministério Público, na condição de defensor da cidadania, para que a reforma agrária no Brasil deixe de ser tratada como caso de polícia.

A omissão grave das autoridades tem levado muitos trabalhadores às ocupações, com incriveis sofrimentos. Queremos, com veemência, recordar os seguintes princípios fundamentais consagrados na Constituição, que inspiram os esforços para concretizar a justiça social no campo: a erradicação da pobreza e da marginalização, bem como a redução das desigualdades sociais e regionais; a desapropriação do imóvel rural que não cumpre sua função social; a destinação das terras públicas devolutas deve se compatibilizar com os planos de reforma agrária.

Manifestamos nossa solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras que, no sonho e no direito de ter uma vida melhor, prestam um serviço à democracia, colocando em risco sua própria vida para conquistar a justa distribuição de terra no Brasil. Em especial, exigimos das autoridades competentes que garantam a integridade física e moral desses cidadãos, prescrita na Constituição Federal."

Esse manifesto da III Assembléia dos Organismos do Povo de Deus registra, de forma clara, o apoio da Igreja do Brasil à reforma agrária e à ocupação de terra, pois está vendo que a luta dos trabalhadores rurais é, antes de tudo, uma luta por justiça social e por conquista de direitos.

A outra moção apresentada teve, também, o apoio da III Assembléia dos Organismos do Povo de Deus e foi assinada por seis entidades que compõem esses organismos. É uma manifestação de apoio ao Tricentenário de Zumbi. Vou ler algumas partes dessa moção. A Igreja Católica diz: (- Lê:)

"Queremos participar da mobilização em prol da comemoração do Tricentenário de Zumbi dos Palmares, um importante símbolo da luta de resistência e libertação do povo negro e demais povos marginalizados. Reconhecemos Zumbi como mártir e líder da República dos Palmares no final do Século XVIII.

Expressamos nosso repúdio ao processo de escravidão que pesou sobre o povo negro e cujas conseqüências permanecem ainda fortes, até hoje, nos descendentes dos africanos no Brasil.

Os negros e negras compõem a maioria dos excluídos sociais, como os sem-terra, os sem-teto, os desempregados, os que lotam as cadeias públicas.

As comemorações do Tricentenário de Zumbi dos Palmares constituem um momento oportuno para reforçar e fortalecer a luta dos negros, negras e empobrecidos de nosso País em favor dos direitos humanos e do direito às oportunidades de promoção humana dos excluídos."

E, conclui a nota, de forma incisiva e bem clara: (- Lê:)

"Há uma imensa dívida social do Brasil para com os afrobrasileiros, que só será resgatada mediante o investimento real na sua promoção humana, com políticas sociais compensatórias. Apoiamos a reivindicação de indenização justa aos descendentes de africanos no Brasil, pelos trabalhos forçados e as injustiças sociais acontecidos no regime de escravidão, com seus antepassados."

Gostaríamos, também, de aproveitar, após falar dessa assembléia, que é um marco na caminhada da Igreja no Brasil, para registrar aos companheiros de Ipanema e Taparuba presentes que somos a favor da emancipação desses distritos mas, em hipótese alguma, podemos aceitar emancipação que seja fraudulenta e não cumpra o que a lei estabelece.

Desse modo, os moradores de Ipanema e de Taparuba têm direito de vir aqui, e reivindicar, e exigir um posicionamento desta Assembléia. Parabéns à luta de vocês.

O Deputado Simão Pedro Toledo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público das galerias, uma série de acontecimentos político-econômicos vem transformando, para melhor, as perspectivas do Estado de Minas Gerais.

A recente viagem ao exterior do Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo, com amplos resultados favoráveis, projeta um quadro complexo de fatos que representam um salto qualitativo nas ações governamentais, sem precedentes nos últimos anos.

Antes de tudo, devemos levar em conta um aspecto substancial para as ações estaduais: o sucesso da estabilização monetária. A moeda forte, livre da desvalorização freqüente, funciona como um suporte fático imprescindível para a implementação de negociações, previsões e planejamento. Afasta a ilusão do ganho fácil, proporcionada pela inflação, fazendo com que as alternativas econômicas centrem-se no campo da produção de riquezas, evitando a especulação de valores. É dentro desse paradigma macroeconômico - e contando com sua continuidade - que todos os passos têm sido dados.

Nessa medida, nosso Estado coloca-se como sócio no sucesso da estabilização, apresentando-se como um dos Estados mais aptos a colher os seus frutos. Essa foi a opinião corrente no Seminário Por Que Investir em Minas - Como Chegar ao Ano 2.000 Como Estado-Modelo, que contou com a participação de importantes representantes tanto do Governo Estadual quanto do mundo dos negócios. Esse seminário, promovido pela revista Exame, destacou os elementos essenciais que tornam nosso Estado extremamente atraente para investimentos privados, de um modo geral.

A generosidade da natureza para com Minas é indiscutível, e esse foi um dos fatores apontados. Mas outros elementos fazem parte de um elenco, cujo mérito pertence exclusivamente ao povo do nosso Estado. Ressaltem-se a capacidade produtiva do operário de Minas Gerais, sua facilidade de aprendizado e seu desempenho reconhecido internacionalmente. Não seria demais lembrar, a título de exemplo, que recentemente destacamos, nesta tribuna, a marca alcançada pelos operários da Refinações de Milho Brasil, do Sul de Minas: bateram o recorde mundial de segurança no trabalho no setor da indústria de alimentos.

Digna de nota, além da qualidade da produção mineira, é a tranqüilidade que observamos no ambiente trabalhista, onde existe um esforço de negociação, e não de confronto, entre trabalho e capital. Nesse tópico, podemos destacar a posição de Adam Przeworsk, em sua obra "Capitalismo e Social-Democracia". Esse renomado cientista político foi conclusivo ao demonstrar, através de uma série histórica, tendo como base a Europa Ocidental, que o sindicalismo que optou pela negociação, sistematicamente, teve maiores ganhos salariais a longo prazo, comparativamente aos movimentos que buscaram o confronto com o capital.

Finalmente, no item planejamento e políticas públicas, surge o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI -, que tem como objetivo dar suporte ao desenvolvimento econômico e diminuir as desigualdades regionais. No que se refere propriamente a recursos a serem investidos com esse objetivo geral, existem programas já definidos com organismos internacionais, na ordem de US\$1.700.000.000,00, além de outros US\$1.500.000.000,00 em tratativas. Além disso, o setor elétrico estadual espera receber, nos próximos anos, investimentos próximos dos US\$2.500.000.000,00, advindos do Governo Federal e da iniciativa privada. O plano de expansão da TELEMIG, por sua vez, prevê investimentos de US\$2.100.000.000,00 nos próximos três anos. O conjunto desses investimentos, ao lado do bom desempenho que vem alcançando a educação pública em nosso Estado, a conhecida racionalidade e confiabilidade do atual Governo, os novos recursos oriundos do FGTS destinado às moradias populares e a notícia de investimentos sem precedentes no setor da saúde para o próximo ano, compõe o quadro que sempre esperamos para alavancar definitivamente a economia de Minas Gerais.

Não poderia ser em melhor hora, portanto, o esforço promovido pelo Governador, abrindo novas fronteiras no Extremo Oriente, com visão corajosa, arrojada, verdadeiramente pioneira. Ao que se sabe, não há notícia de terem havido efetivos esforços nesse sentido em qualquer outro Governo Estadual. Os eventuais investimentos que se anunciam, por parte de coreanos e japoneses, ao lado da abertura do mercado chinês, podem vir a se constituir em nova fronteira econômica, projetando Minas num cenário de grande crescimento, alta produtividade e tecnologia de ponta.

Acreditamos que essa é a melhor solução. No passado, optou-se pelo endividamento do setor público, de modo a financiar um megalômano projeto de empresas estatais. Os resultados desse modelo mostraram-se mundialmente equivocados. Agora, chamamos a iniciativa privada para promover o desenvolvimento econômico, tornando-a sócia e contribuinte em nosso eventual sucesso. Tudo isso sem riscos para o setor público, que poderá, a partir do aumento de sua base tributária, reorientar seus investimentos para os setores de real interesse social, apartando-se, finalmente, do papel espúrio de financiador de grandes fortunas privadas. A desprivatização do setor público passa

pela privatização das estatais. Abrir a economia significa fechar o Estado para os interesses exclusivamente privados, afastando-o do papel de gestor de princípios corporativos e cartoriais.

É isso, Senhores Deputados, que esperamos obter nos próximos anos. Tornar realidade o quadro que ora, auspiciosamente, se apresenta. Muito obrigado.

O Deputado Ivo José - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amigos da imprensa, estamos ocupando novamente a tribuna para cobrar providências do Governo Estadual sobre as condições da BR-381, principalmente no trecho que liga Belo Horizonte a Governador Valadares.

Não podemos desconhecer a imprudência de alguns motoristas, mas temos a certeza de que, se forem realizadas as obras de duplicação dessa rodovia, e se houver uma manutenção constante, as tragédias que ali ocorrem não seriam tantas.

Hoje, pela madrugada, mais uma tragédia entra para a triste estatística da BR-381.

O ônibus - placa BWA 9954 -, uma linha clandestina de propriedade de Francisco Duzie, saindo de São Paulo com destino a Sonolópolis, no Ceará, desabou da Ponte de Sá Carvalho, de uma altura de 30m no Km 277 da BR-381, Município de Antônio Dias, deixando o triste saldo de 11 mortos, entre os quais uma criança de 4 anos e outra de 14 e alguns ainda não identificados, além de 25 feridos, que foram atendidos pelos Hospitais Vital Brazil, em Timóteo, Nossa Senhora do Carmo, em Coronel Fabriciano, e Márcio Cunha, em Ipatinga.

O acidente ocorreu à 1h10min da madrugada de hoje.

Cabe destacar o pronto atendimento dos hospitais regionais, da 85ª Companhia da Polícia Militar, sob a responsabilidade do Capitão Vivaldo de Figueiredo, que pessoalmente comandou toda a operação de resgate das vítimas, bem como a ação do Corpo de Bombeiros, das Polícias Civil e Rodoviária Federal.

Apesar da suspeita de que o motorista tenha cochilado ao passar pela ponte, provocando o acidente, o próprio Capitão Vivaldo de Figueiredo, em entrevista às emissoras de rádio, criticou as condições de sinalização da estrada, em especial, nas proximidades da Ponte de Sá Carvalho.

E não precisa ser especialista em trânsito para avaliar as condições de tráfego desse trecho da BR-381.

Podemos dar o nosso depoimento pessoal, pois residimos na região, para demonstrar o risco de vida que correm as pessoas que, por qualquer motivo, precisam se utilizar dessa estrada.

Portanto, solicitamos do Governador do Estado, providências urgentes para que cessem, de uma vez por todas, estas tragédias que dizem famílias.

Algumas medidas imediatas, como recuperar a sinalização da rodovia, intensificar a fiscalização dos veículos, principalmente dos ônibus, podem diminuir os riscos de acidentes.

Esperamos que não sejam necessárias mais tragédias como a que ocorreu hoje para que as autoridades se conscientizem da urgência destas decisões.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui estamos para discutir o Projeto de Lei nº 427/95, que tem o seguinte teor: (- Lê:)

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI

Nº 427/95

O Projeto de Lei nº 427/95, de autoria do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 11.803, de 18 de janeiro de 1995, foi aprovado em turno único, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 427/95

Altera dispositivos da Lei nº 11.803, de 18 de janeiro de 1995.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O "caput" do art. 8º e o do art. 9º da Lei nº 11.803, de 18 de janeiro de 1995, que estima as receitas e fixa as despesas do orçamento fiscal do Estado de Minas Gerais e do orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao orçamento fiscal até o limite de 40% (quarenta por cento) da despesa fixada no art. 1º desta lei.

Art. 9º - O Poder Executivo poderá suplementar o orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado até o limite de 30% (trinta por cento) do valor referido no art. 5º desta lei."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário."

Queremos encaminhar e discutir esse projeto, pois vemos que o Governo pede um

aumento nas suas operações de crédito, nas suas receitas e pede um crédito suplementar, o que descaracteriza, em muito, o orçamento anteriormente apresentado. Entendemos que é preciso, cada vez mais, fazermos debates sobre o orçamento para que ele se torne o mais real possível. Que não tenhamos que estabelecer orçamento apenas como peça de ficção, mas que ele seja mais realista, com dados concretos e objetivos. Que o Governo não apresente orçamentos fictícios e, depois, comece, cada vez mais, a apresentar créditos suplementares para que ele possa obter recursos e não tenha que ter votação clara, definindo item por item, e que possa usar valores, como pede aqui, em torno de 40%, da forma que entender melhor.

Isso dificulta e prejudica o debate sério que fazemos. Essa discussão tem que vir à tona, pois estaremos, no final do ano, debatendo e discutindo a aprovação do orçamento para o ano de 1996. Queremos que o orçamento, de fato, reflita aquilo que o Estado vai executar e as receitas que vai obter, para que todos nós, ao votarmos, possamos saber o que votamos, e o povo de Minas possa ter acesso a informações claras e precisas sobre tais receitas e despesas, para que não tenhamos que ficar observando e assistindo a artifícios como esses que estamos agora presenciando, que são a apresentação, durante o ano, de pedidos de créditos suplementares. Isso, acrescido do automático, que já havíamos votado durante a apreciação do orçamento corresponde a 25%. Além desse, o Governo ainda propõe um acréscimo. Compreendemos que é preciso maior seriedade, ainda mais no momento em que - e é o discurso, inclusive repetido por todos - há uma estabilização, que deveria se refletir, também, no orçamento. Muito obrigado.

O Deputado Ivo José - Sr. Presidente e Srs. Deputados, realmente essa questão do orçamento é muito polêmica e séria. De fato, exige uma atenção por parte dos Srs. Deputados e, em consequência, da sociedade como um todo, porque a questão dos créditos suplementares nada mais é do que assinar um cheque em branco. Temos uma política econômica, no momento, que não está justificando essa proposta que foi apresentada no projeto. Vamos retornar à leitura, para que não parem dúvidas com relação ao parecer da Comissão de Redação. O parecer é o seguinte:

- Lê o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 427/95, publicado na edição de 24/10/95.

Entendemos que, diante de toda essa propaganda desenvolvida pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no sentido de se promover o debate com a sociedade, em nenhum momento apareceu a questão da suplementação como peça importante para assegurar a execução orçamentária. Achamos que essa forma de trazer a suplementação, por meio de projeto de lei, é complicada e deveria ser muito mais debatida, não só com os Deputados, mas também com a sociedade, uma vez que ela traz em seu bojo uma série de questões e de dúvidas que estariam acobertadas simplesmente com a lei. No entanto, ficam o Poder Legislativo e a sociedade sem instrumento eficaz para fazer esse acompanhamento. Principalmente quando nós, no Legislativo, não temos acesso direto aos dados do Poder Executivo na execução orçamentária. Aliás, por diversas vezes foram feitas tentativas e esforços, principalmente da parte do PT, no sentido de que os Deputados tivessem acesso à execução orçamentária de forma detalhada, no dia-a-dia, a exemplo do Senado, que acompanha de perto o orçamento do Executivo.

Entendemos que deve ser mudada essa atitude adotada pelos Estados e municípios, no sentido de utilização dos créditos suplementares como forma de gerenciamento e controle do orçamento.

Queremos, nesta oportunidade, mesmo diante do parecer da redação final, manifestar a nossa discordância quanto a essa postura adotada pelo Governo. Muito obrigado.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, em primeiro lugar, somos contrários ao Projeto de Lei nº 407/95, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel ao patrimônio do Município de Ouro Preto. Entendemos que não há esclarecimento satisfatório, então estamos contra ele.

Aproveitando alguns aspectos fundamentais, queríamos também hipotecar nosso apoio à denúncia de Taparuba com relação às fraudes que vêm ocorrendo para emancipação de distritos que não apresentam as condições legais. Queremos manifestar nosso apoio a esse povo ordeiro, organizado, que fez o levantamento e constatou as irregularidades. Lamentavelmente, isso está ocorrendo em vários municípios. Alguns processos estão sendo cancelados; outros permanecem, e vão ter ainda o plebiscito no dia 22. Mesmo que ocorra o plebiscito, mesmo que haja aprovação dos distritos, por parte do município, acredito que ainda é tempo de a Assembléia procurar corrigir os erros grosseiros, as fraudes, aquele tipo de falcatura que só visa atender interesses de alguns setores da sociedade. Portanto, quando voltar para cá, depois do dia 22, entendemos que a legislação específica de emancipação poderá corrigir uma série de falhas. Desses aproximadamente 110 municípios que vão fazer o plebiscito talvez nem 1/3 tenha as reais condições, que são 2.000 eleitores, 400 moradias, entre outras. Portanto, acho que vocês estão com a razão.

Queríamos aproveitar essa denúncia para fazer alguns comentários. Quando se fala em

fraude, preocupam-nos todos os setores da sociedade. Isso está se avolumando; as coisas estão crescendo de maneira assustadora. Estamos aqui com uma matéria a respeito da fraude nas construções civis, principalmente em Belo Horizonte. Esse quadro cresceu de tal forma, que as construtoras estão vendendo apartamentos como projetos, sem serem concluídos e, muitas vezes, o mesmo imóvel é vendido duas vezes.

As denúncias que estão chegando à Comissão de Defesa do Consumidor serão apuradas, e vamos convocar o Presidente do SINDUSCON, do CREA, o PROCON Municipal, o Ministério Público e essas construtoras que estão lesando o consumidor.

Todo comprador de imóvel deve ficar atento, tomar os maiores cuidados ao comprar um imóvel apenas no projeto. A maioria das empresas não estão cumprindo o contrato e vendem o mesmo imóvel para mais de um adquirente. Na maior parte das vezes, as construtoras não têm como bancar aquele empreendimento. As pessoas ficam no prejuízo e não são ressarcidas, porque a justiça é muito lenta, lamentavelmente.

Essa é a nossa denúncia a respeito do que vem ocorrendo no mercado imobiliário e vamos convocar aqui várias dessas empresas. Algumas já foram fechadas e para outras já existe o pedido de falência, como a Ponta Engenharia, a Encol, a Marialva, e outras. Todas estão sendo denunciadas por lesar o consumidor. Queremos convocá-las e, na Comissão de Defesa do Consumidor, as pessoas que se sentirem lesadas poderão, também, vir aqui prestar seus depoimentos. Convidaremos o Ministério Público para que as pessoas não continuem nessa empreitada criminosa, acobertadas por determinados cartéis, que mantêm esse esquema de prejuízo a terceiros.

As pessoas que estão comprando imóveis na planta que venham aqui para nos dar maiores detalhes. Pediremos ajuda ao Ministério Público e ao PROCON porque, às vezes, a obra está em fase adiantada de construção mas se encontra parada.

Aproveitando a oportunidade, queremos também falar sobre a questão do planejamento. A suplementação de 40%, que foi solicitada à Casa, como disse, foi aprovada, mas causa preocupação - já que se fala que, para o ano que vem, foi um orçamento sem correção, devido à estabilidade econômica. Não está previsto nenhum tipo de correção monetária, porque teoricamente a inflação seria zero.

Ocorre, entretanto, que esse mecanismo da suplementação acaba permitindo ao Governo manter uma situação irreal. Quanto tivemos de inflação do ano passado até agora? Pouco mais de 30%. No entanto, o Governo, que tinha autorização de 25% de suplementação, pediu 40%, o que já foi aprovado, sem maiores detalhes esclarecedores.

Sr. Presidente, queremos aproveitar e pedir o encerramento, de plano, da reunião porque não há Deputado no Plenário, embora o assunto de que estamos falando seja importante. Não temos "quorum" nem para discussão. Daí o nosso pedido.

88ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 18/10/95

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o assunto desta tarde, como não poderia deixar de ser, é a questão das emancipações impensadas, desreguladas, que, sem sombra de dúvida, só trarão prejuízos à sociedade mineira. Emancipações que vamos continuar, aqui da tribuna deste Plenário, combatendo porque, repito, são emancipações inoportunas. Não é hora, não é o momento de Minas Gerais criar mais de 100 municípios para onerar as finanças públicas do Estado e as finanças públicas da Nação - Nação que está à procura do desenvolvimento, da estabilidade econômica, da estabilidade política para poder conduzir bem essa imensa população de mais de 150 milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso gabinete virou, na verdade, um ponto de romaria daqueles mineiros responsáveis, que não querem, na verdade, essas famigeradas emancipações.

Fundamentalmente porque a grande maioria dessas emancipações - eu diria acima de 80% - não satisfazem às exigências da lei. Os distritos não apresentam os requisitos legais para se tornarem cidades. Isso sem dizer da questão econômica. Na verdade, dos 177 distritos que propuseram as emancipações, cerca de 10 ou 15, no máximo, para ser bastante democrático, terão condições de ter uma vida própria e de sobreviver como cidade no seio da sociedade mineira. Então, estas são as razões pelas quais o Deputado Geraldo Rezende continuará, desta tribuna, em toda oportunidade que tiver, a combater essas emancipações.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero apresentar mais um requerimento, desta vez sobre outra região. Ontem, tivemos oportunidade de falar sobre Taparuba, distrito da cidade de Ipanema, perto da divisa do Espírito Santo, na Zona da Mata. Na outra semana, falamos de Flor de Minas, no Triângulo Mineiro. Hoje, vamos falar sobre Indaiabira, Município de Rio Pardo de Minas. Recebi a visita de lideranças políticas, como o Presidente da Câmara de Rio Pardo e de pessoas que representam a região, pessoas que me pediram que fizesse um requerimento do seguinte teor:

(- Faz a leitura de requerimento de sua autoria, o qual foi publicado na edição de 20/10/95 e tem a seguinte justificativa:)

"O Distrito de Indaiabira, situado no Município de Rio Pardo de Minas, de acordo com as informações recebidas do Presidente da Câmara Municipal, Marceno Pereira de Brito,

não atende os requisitos legais, tendo em vista a inexistência de 400 moradias, conforme atesta declaração anexa, endereçada a esta Casa em 19/9/95. (É aquilo que eu tenho dito sempre: vamos recontar as casinhas.)

De acordo com a Lei Complementar nº 37, de 18/1/95, (essa lei é boa, é de 1995), para criação de município é necessário que o serviço de cadastro e lançamento da Prefeitura Municipal remeta informações escritas, nas quais constem que o distrito possui núcleo urbano já constituído, com mais de 400 moradias. No entanto, na referida declaração consta que o distrito possui apenas 241 moradias, conforme atesta documento anexo da Prefeitura Municipal, em que a própria Prefeita Maria Raimunda de Faria Costa solicita a nomeação de comissão especial para examinar a contagem das casas.

Além do mais, o distrito não possui edifício capaz de fornecer condições de funcionamento ao governo municipal e aos órgãos de segurança."

Sr. Presidente, passo a ler a comunicação da Prefeita Municipal de Rio Pardo de Minas: (- Lê:)

"Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas

Deputado Geraldo Gomes Rezende

A fim de atender solicitação telefônica desta data, informo a V. Exa. que, conforme declaração já encaminhada à Comissão de Emancipação da Assembléia, as informações quanto ao número de residências das sedes dos Distritos de Indaiabira, Vargem Grande e Santo Antônio do Retiro, deste Município, se basearam em informações fornecidas pelos próprios membros da Comissão Municipal de Emancipação (Essa é boa! Oito Deputados fazem uma lei no dia 18 de janeiro, nomeiam uma comissão, daqui da Assembléia, que não é formada por Deputados, para ir ao município.), uma vez que o município não dispõe de dados atualizados pelo cadastramento do IPTU.

De fato, os dados disponíveis datam de 1993, os quais são: Distrito de Vargem Grande, 411 casas; (Tudo bem. Pelo menos a esse requisito da lei esse distrito obedeceu.) Santo Antônio de Retiro, 237 casas, e Indaiatuba (que é o distrito em questão), 241 casas. Nesta oportunidade, sugerimos à egrégia Assembléia Legislativa nomear comissão especial para examinar a contagem "in loco", conforme critério usado em outros municípios.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. nossos protestos de elevada estima e respeito.

Rio Pardo de Minas, 18 de outubro de 1995.

Maria Raimunda de Faria Costa, Prefeita Municipal."

Sr. Presidente, tenho mais declarações de Rio Pardo de Minas, que anexo ao requerimento. Em uma delas, a Prefeita Municipal da época pedia a contagem das casas dos distritos daquela cidade do Norte Mineiro. Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos continuar na luta, vamos continuar nessa trincheira de defesa da não-criação de mais municípios em nosso Estado. Seriam criados 177 municípios, se o Deputado Geraldo Rezende não tivesse gritado desta tribuna. Depois, esse número caiu para 110, 112 ou 120. Em 1999, ano que antecede outra eleição para prefeito municipal, vamos ter uma enxurrada de criação de municípios. Poderão ser criados 200, 300 ou até 400. Aí, teremos oportunidade de votar, aqui na Assembléia, a emancipação de posto de gasolina - Posto Nossa Senhora das Graças, Posto do Chapadão, posto do não-sei-o-quê, tudo vai virar cidade. Vai ser uma beleza! A partir do ano 2000 vamos ter cerca de 1300 ou 1400 municípios em Minas Gerais, tornando o Estado inadministrável. Quem vai administrar um Estado de 1400 municípios? Isso não existe. É o que tenho dito sempre desta tribuna: é a socialização da miséria, quando deveria ser a distribuição da riqueza. Somos contra e vamos continuar debatendo essa questão. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, servidores desta Casa, membros da imprensa, demais cidadãos aqui presentes, gostaria de dizer que estamos distribuindo para os Deputados uma cartilha chamada Cartilha do PLADIR - Plano de Desenvolvimento Integrado do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas. É uma correspondência assinada pelo coordenador desse movimento, Dr. Virgílio Galaci, ex-Prefeito de Uberlândia, movimento do qual fazemos parte.

A nossa presença hoje, nesta tribuna, justifica-se por dois motivos. Primeiramente, estamos aqui para prestar justa homenagem aos engenheiros agrônomos que tiveram o dia comemorado na data de 12 de outubro. Os engenheiros agrônomos merecem os aplausos da sociedade mineira e brasileira pelo grande serviço prestado no que concerne à melhoria da qualidade de vida da nossa gente. Igualmente merecem destaque as Escolas de Agronomia de Viçosa, Lavras, Uberaba, Uberlândia, Machado, Ituiutaba, Alfenas, etc., como tantas outras espalhadas pelo Brasil.

Se neste momento o nosso País exporta US\$16.000.000.000,00 em produtos agrícolas, "in natura" ou industrializados, que representam 50% de toda a exportação brasileira com grande vantagem para o equilíbrio da balança de pagamentos; se hoje o complexo agroindustrial emprega a metade da população brasileira; se estamos podendo sonhar com uma moeda brasileira que vale, o real, e conseqüentemente em poder conviver com

uma economia estável; se somos competentes para competir no mercado internacional com a nossa soja, nosso suco de laranja, nosso papel e nossa celulose, nossas carnes, nossas frutas tropicais, nossas flores; se hoje o brasileiro está comendo melhor a um preço mais baixo é porque muitos engenheiros agrônomos pesquisaram, geraram novas técnicas agrícolas e levaram novas tecnologias até os produtores rurais, fazendo nascer no Brasil a primeira agricultura tropical competitiva do globo.

O segundo motivo refere-se ao dia de anteontem, 16 de outubro, data em que o mundo todo comemora o Dia Mundial da Alimentação. Certamente, inúmeros países de todos os continentes que praticam efetivamente a política de segurança alimentar comemoraram o Dia Mundial da Alimentação com mais propriedade. Que pena o desprezo dos brasileiros pela sua galinha dos ovos de ouro. O nosso País não comemora com galhardia o Dia Mundial da Alimentação porque ainda não tivemos competência, nesses 500 anos de existência, para implantar uma política agrícola séria, objetiva, transparente, ficando o sistema produtivo entregue à própria sorte. Enquanto isso acontece, os carros importados, os eletrodomésticos, os equipamentos eletrônicos, os sapatos e roupas recebem altas taxas para serem importados, sob pena de destruir toda indústria nacional relacionada com esses produtos, numa demonstração clara de que não somos competitivos para produzir tais produtos.

Enquanto isso o nosso suco de laranja, a nossa soja estão sendo taxados nos Estados Unidos e na Europa e o nosso frango está concorrendo com pesados subsídios americanos e europeus, evidenciando o nosso poder de competição no mercado internacional na produção de alimentos. Enquanto a União, os Estados e os Municípios não colocarem em prática uma política de segurança alimentar ou política agrícola séria e transparente; enquanto a sociedade brasileira não se conscientizar de que não basta incentivar a produção de matéria-prima sem considerar toda a cadeia do complexo agroindustrial ou agribusiness; enquanto persistirem a desinformação e o preconceito contra a atividade agrícola; enquanto não houver decisão política e busca da parceria entre o setor público e o privado no apoio e no estímulo à produção de alimentos, o Brasil continuará se arrastando pelo Terceiro Mundo, sem estabilidade econômica, sem moeda e, conseqüentemente, cometendo graves injustiças sociais com a presença vergonhosa da fome entre os brasileiros irmãos.

A situação da agropecuária brasileira é caótica neste momento. Os produtores rurais estão endividados ou descapitalizados pela perda de até 30% da renda, considerando o feijão, o milho, a soja, o arroz e o algodão, somente neste ano de 1995. Há dificuldade de obtenção de recursos financeiros para financiar a safra que já está sendo plantada. Enfrentamos o êxodo de aproximadamente 200.000 famílias do campo para a periferia dos centros urbanos; e, para completar, os insumos agrícolas recebem majoração de preços inexplicavelmente. A conseqüência pode não ser muito boa em curto prazo, pois a área cultivada será reduzida, o uso de tecnologia será diminuído e nessa esteira virá menos produtividade e, portanto, teremos menos alimentos, rompendo com a âncora verde e ameaçando o plano para a estabilização econômica, que todos almejamos. Que pena os partidos de esquerda não compreenderem a necessidade de lutar pela implantação de uma política de segurança alimentar, ou política agrícola, já que os partidos de direita sempre a subestimaram. Que contra-senso continuar expulsando o homem do campo e, depois, incentivar movimentos de invasão de terras. Será que vamos conquistar a política agrícola por meio da política agrária? Isso é a mesma coisa que fazer uma grande viagem com o carro de marcha a ré. É burrice ou sem-vergonhice!!!

Precisamos nos unir neste momento crucial da vida brasileira, para que a nossa economia não se torne irreversivelmente marginalizada. A união de partidos de esquerda, de centro, de direita, se é que isso existe, do Governo, da iniciativa privada, da sociedade civil organizada é fundamental para a busca do fortalecimento dos instrumentos de política agrícola, como: Revisão da carga tributária sobre os produtos da cesta básica; definição de uma política de crédito e seguro agrícola compatível com a realidade; política de preços mínimos e de comercialização com regras bem definidas e confiáveis; política de geração e transferência de tecnologias; além da política macroeconômica estável e capaz de estimular a geração de riquezas e de empregos.

Evidentemente, sem a prática do paternalismo, cabe neste momento ao governo colocar a economia nos trilhos da livre iniciativa, porém estimulando os pequenos e médios empresários a se modernizarem para evitar a exacerbada concentração de renda.

A crise bem administrada é um prenúncio de organização futura e de maior capacidade para competir. Acredito na competência de todos aqueles que dependem direta ou indiretamente do setor agropecuário e tenho certeza de que o Brasil vai poder, em breve, comemorar com propriedade o Dia Mundial da Alimentação. Obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público aqui presente, gostaríamos de fazer a leitura de uma nota publicada pelo Movimento Evangélico Progressista - MEP -, a qual está circulando entre seus membros, em nível nacional. Enviamos a referida nota a todos os órgãos de comunicação e a todas as igrejas. Este é o teor do texto: (- Lê:)

"Evangélicos Progressistas Condenam Fanatismo Religioso"

1-Considerando-se que amplos setores da imprensa e da sociedade brasileira têm identificado a Igreja Universal do Reino de Deus como evangélica;

2-Considerando-se que a Igreja Universal do Reino de Deus tem, de forma sistemática e reiterada, se portado de forma agressiva e intolerante para com outras expressões religiosas do Brasil;

3-Considerando-se que a Associação Evangélica Brasileira e seu presidente, Rev. Caio Fábio d'Araújo Filho, têm sido alvo de comentários desairosos e falaciosos por parte de liderança da Igreja Universal do Reino de Deus e tendo como preliminares:

a) a condenação bíblica, enérgica e categórica, tanto da idolatria quanto da simonia (comercialização do sagrado) - Atos 8:9-24;

b) a condenação bíblica dos que tentam enganar a Deus e à comunidade de fé na administração de recursos materiais - Atos 5:1-11;

c) a condenação por parte de Jesus dos guias religiosos que mantinham alto padrão de vida explorando a religiosidade popular;

Reconhecimento: Com tristeza e furor, com vergonha e dor, que líderes religiosos têm desobedecido às instruções bíblicas, semeando facções e dissensões (Gálatas 5:20) de forma arrogante e cruel (II Timóteo 5:1-9).

Em clima de respeito e amor cristãos, mas diante da gravidade do momento que ameaça a convivência social civilizada e a própria ordem democrática, o MEP - Movimento Evangélico Progressista vem, perante a opinião pública, e, em particular, a comunidade evangélica, esclarecer:

I - o MEP considera injustas e injustificadas a culpa e as acusações estendidas aos evangélicos em conjunto em virtude de atos e palavras condenáveis da Igreja Universal do Reino de Deus, cuja identidade como igreja evangélica é questionada por respeitáveis estudiosos tanto da teologia quanto da sociologia da religião;

II - o MEP percebe, com justa preocupação, que tanto a sociedade civil quanto as comunidades cristãs, em se tratando de atos da Igreja Universal do Reino de Deus, não conseguem saber onde termina a ação de uma instituição religiosa e onde começam os interesses de uma empresa de comunicação e as ambições de um grupo de políticos com tentações teocráticas;

III - o MEP saúda o recente interesse da Rede Globo pela liberdade e pluralismo religioso, ao mesmo tempo que denuncia a falta de cuidados de suas matérias concernentes às minorias religiosas;

IV - o MEP reitera a sua solidariedade para com a AEBV e para com Rev. Caio Fábio d'Araújo Filho, intercedendo para que saibam sempre discernir a tarefa profética das redes de intrigas envolvendo hoje as redes Globo e Record de televisão;

V - o MEP reitera seu propósito de contribuir para unidade dos cristãos e se solidariza com os que são atingidos por gestos grosseiros como os ocorridos em 11 de outubro de 1995, quando foi vilipendiado um símbolo da fé católica.

Pela coordenação do MEP: Joaquim Brito, Coordenador Nacional (Maceió, Alagoas) - Rev. Robinson Cavalcante (Recife, Pernambuco) - Presb. José Fernandes Pacheco (Contagem, Minas Gerais) - Dep. Gilmar Machado (Triângulo Mineiro) - Gessé Dornelas (Betim, Minas Gerais).

Aguardam-se assinaturas dos demais membros da coordenação.

Telefone para contato: 361-1505."

Em nome da coordenação nacional do movimento evangélico, fizemos circular esse manifesto, expressando nosso posicionamento quanto a essa questão, que pode colocar em risco a convivência pacífica e nos levar a vivenciar o extremismo religioso, como em alguns lugares do mundo.

O segundo objetivo que nos traz a esta tribuna é lamentar a situação vivida, ontem na cadeia pública de Uberlândia, que é de 1972 e foi construída quando a cidade tinha 100 mil habitantes. Hoje, Uberlândia, com mais de 400 mil habitantes, continua com a mesma cadeia. Temos cobrado do Governo a construção da nova cadeia pública daquela cidade. Infelizmente, tivemos que assistir a uma rebelião que deixou pessoas feridas e colocou em pânico os moradores próximo à cadeia e os estudantes dos cursos da área biomédica da Universidade Federal, pois a cadeia é localizada no centro do "campus".

O ex-Governador Hélio Garcia se comprometeu a construir a nova cadeia, o município colocou as condições, o Estado iniciou a obra, que foi paralisada. Não há ainda previsão de quando será reiniciada.

Segurança pública é responsabilidade do Estado. Temos repetido, ano após ano, que é necessária a conclusão dessa obra. Vemos o descaso das autoridades em relação àquela cidade. Não podemos compreender a insensibilidade diante de uma situação grave por que passa a nossa comunidade.

Queremos reiterar essa denúncia e solicitar que haja uma solução rápida, sendo imediatamente reiniciadas as obras de construção da nova cadeia pública de Uberlândia, para que não tenhamos mais cenas lamentáveis, como as que vimos ontem, durante mais de oito horas, numa cadeia que já possui, hoje, 32 presos com AIDS, colocando em risco todo o sistema penitenciário de Uberlândia, contaminando os demais

presos. Entendemos que o Estado não pode ficar omisso, virando as costas a uma questão grave, que é de sua única e inteira responsabilidade: a da segurança pública. Os Deputados Geraldo Rezende e Leonídio Bouças, também de Uberlândia, e este Deputado já estamos solicitando uma audiência com o Governador do Estado, para expressarmos a S. Exa. a nossa preocupação e a da cidade de Uberlândia e seus representantes, com essa situação extremamente grave. Muito obrigado.

* - Publicado de acordo com o texto original.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna saudar a classe médica do Brasil, especialmente os colegas de Minas Gerais, em virtude da passagem do Dia do Médico. Desde Esculápio, o Deus da Medicina, segundo a mitologia greco-romana, sendo Hipócrates o Pai da Medicina, até os nossos dias, o médico encarna ou representa a figura mítica, com a missão de exercer o apostolado da arte e ciência de curar. É bom lembrar que o exercício da medicina, em busca da cura, em certas circunstâncias obtém resultados que transcendem a tecnologia ou mesmo a própria ciência. É, na essência, um encontro ético e fraterno com esperança de vida. No aspecto temporal, não existe ato mais político do que o ato médico, porque ele representa a síntese da solução das expectativas existenciais do paciente. Ao enaltecer, porém, tão nobre profissão, cabe a nós, neste momento, fazer algumas reflexões. Se o médico, no passado, já foi colocado no pedestal, hoje ele está relegado a segundo plano, porque os governos e a sociedade deixaram de reconhecer a importância e a qualificação desse profissional como agente social fundamental para a tranqüilidade e o bem-estar da população.

Quero, desta tribuna, em meu nome e em nome da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, protestar contra a situação de indiferença dos governos em relação à citada categoria, e solicitar para ela salários mais justos, dignos e melhores condições de trabalho. Gostaria de refletir também sobre o diagnóstico caótico de nosso País. O Brasil, como já se disse, é um grande hospital cheio de doentes. É dever nosso encontrar de forma pragmática e ágil soluções a curto, médio e longo prazos. Somos apologistas e comungamos com o desiderato de nosso nobre Ministro da Saúde, Dr. Adib Jatene, que tem peregrinado através dos gabinetes de Ministros e Deputados, em Brasília, em busca de apoio, esgotando todos os argumentos, a fim de definir uma fonte de financiamento específica para o setor da saúde. Só assim será possível termos a certeza de planejar e executar um programa mínimo, razoável, para atender às prioridades da medicina preventiva e às doenças de nossos irmãos brasileiros, principalmente os excluídos, que são a maioria. Esse esforço, o Sr. Ministro o faz exclusivamente por preceito de honra e compromisso ético, sem nenhuma vaidade, incondicionalmente. Por isso, é muito importante a aprovação da CME. Reconheço, entretanto, que, para parte da população da classe média, esta contribuição social representa mais um sacrifício que a conjuntura econômica exige de todos nós, em nome da vida do povo.

Sabemos, também, que pode ser uma medida antipática para muitos, principalmente para as elites acostumadas à cultura cega e permanente do maior lucro, indiferente às doenças do povo carente, contribuindo para a morte de milhares de miseráveis. Todos nós juntos, Governo e povo, temos que estar alertas, numa verdadeira cruzada contra as fraudes e os sistemas de corrupção constituídos por grupos de pessoas que agem dentro e fora do próprio Governo, porque o SUS é frágil e ocioso. Há necessidade de auditorias permanentes nos órgãos de saúde pública e privados conveniados, em todos os níveis, federal, estadual e municipal. Só assim poderemos evitar as fraudes e o desperdício de dinheiro público, identificando e punindo severamente os culpados.

A saúde, no Brasil, não tem merecido o devido respeito dos Governos, porque já ouvimos do Ministro da Justiça que saúde não é prioridade. Como é do conhecimento dos senhores, no Brasil ainda não gastamos nem mesmo US\$50,00 por habitante ao ano, o que nos coloca juntamente com outros indicadores sociais, sofríveis, no 91º lugar quanto à qualidade de vida, embora, quanto ao PIB estejamos no 9º lugar com relação ao resto do mundo. Em Minas Gerais, nos cinco últimos governos, não se gastaram nem mesmo 5% do orçamento anual. Acreditamos que o nosso Governador, Sr. Eduardo Azeredo, será sensível aos reclamos da população, destinando para o setor receitas compatíveis com o diagnóstico básico de saúde do povo do Estado de Minas Gerais. Só assim, com consciência e humildade, mas sobretudo com competência e compromisso, poderemos evitar muitas mortes desnecessárias, aliviando e curando os nossos semelhantes.

Diante desse quadro dantesco de deterioração do atendimento relativo à saúde no Brasil, penso que deveríamos debater juntos, político e povo, a fim de encontrarmos soluções para a viabilização do SUS, de fato, ou encontrarmos outras alternativas; porque, do contrário, os dispositivos constitucionais e a Lei nº 8.080 continuarão a figurar sob letra morta da lei, sendo negado ao cidadão o direito à saúde e à vida.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para terminar, mais uma vez me dirijo aos médicos deste País, pelos bons serviços por eles prestados, confessando nosso reconhecimento e respeito e prestando-lhes nossa homenagem pelo seu dia. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, assessoria, representantes da imprensa, público presente nas galerias, gostaria de tratar hoje, desta tribuna, de um assunto muito importante para o Estado de Minas Gerais, que é a questão da Mendes Júnior, pois temos fatos novos a respeito de tal questão.

O Banco do Brasil ingressou com ação no Fórum de Belo Horizonte contra o Grupo Mendes Júnior, por uma dívida de R\$326.000.000,00, quando é devedor confesso de valor que supera R\$800.000.000,00. A dívida da empresa mineira, segundo o Banco, refere-se a financiamentos vencidos e não quitados, e a dívida do BB para com a Mendes diz respeito a cessão de créditos do Grupo Mendes Júnior junto ao Governo do Iraque.

Lideranças dos operários e dos engenheiros do Grupo Mendes Júnior tomaram, esta semana, a decisão de ajuizar uma ação de grande monta que possa sensibilizar de vez o Governo Federal para quitar suas dívidas para com o Grupo e, assim, possibilitar solução para a grave questão social que criou para os empregados, a inadimplência dos órgãos públicos clientes da construtora. São cerca de 10 mil empregados diretos e quase 60 mil indiretos.

Quando ficamos, enquanto governo, procurando a instalação de uma indústria aqui e outra acolá, que gerará 1.000, 1.200, 500, 800 empregos, a Mendes Júnior tem hoje cerca de 10 mil empregados diretos, e o Governo Federal não se sensibiliza ainda com essa questão tão importante para a economia mineira. Queríamos comentar a verdade sobre a Mendes Júnior. (- Lê:)

"A Verdade sobre a Mendes Júnior

A chamada "Questão Mendes Júnior" reduz-se a um quadro de débitos e créditos, em que os débitos (a preços de dezembro de 1994) somam US\$2.590.000.000,00, e os créditos US\$3.530.000.000,00. O principal credor é também o principal devedor: o Estado. A dívida da CHESF, referente à construção de Itaparica, é matéria, quanto ao seu mérito, transitada em julgado, com decisão unânime do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco e do STJ. A comprovação dos demais créditos é demonstrada com detalhes pelo Grupo Mendes Júnior, através da caracterização, um a um, do devedor, da origem do débito e sua comprovação através de documentos.

Capacidade de Resposta

O Grupo Mendes Júnior está preparado para demonstrar forte capacidade de resposta à reconquista, pela empresa, da liquidez financeira, tão logo obtenha o pagamento dos créditos de que dispõe junto ao Governo Federal, por obras contratadas, serviços efetivamente prestados e não pagos.

No Brasil e no exterior a Construtora Mendes Júnior dispõe, neste momento, de uma carteira de obras que, oxigenada pela injeção de recursos financeiros, é capaz de proporcionar receita anual da ordem de R\$360.000.000,00, expressiva contribuição aos cofres públicos federais e estaduais e segurança a um quadro de 18 mil empregados, sem falar nos benefícios a uma vasta rede de fornecedores."

Quem perde com a "Questão Mendes Júnior"? Eu gostaria de comentar com os Srs. Deputados que não vamos citar nominalmente algumas empresas, até para não causar dificuldades e pânico aos seus clientes. Vamos comentar o aspecto de quem perde com a insolvência da Mendes Júnior, apenas no caráter geral, mas para que sirva de reflexão para os Srs. Deputados.

"Os prejuízos de uma insolvência do Grupo Mendes Júnior, caso não ocorra o pagamento dos créditos da empresa junto ao Governo Federal, terão grave extensão: haverá repercussões sérias para os credores, prejuízo definitivo para pequenos, médios e grandes fornecedores, além da dramática situação de cerca de 100 mil famílias que, envolvendo subempreiteiras de fornecedores, dependem das atividades do grupo.

No campo tributário, haveria considerável perda de arrecadação de impostos, contribuições sociais e taxas, que atingiriam os três níveis da administração pública, não só decorrentes da insolvência do grupo como também de eventuais quebras decorrentes. É o famoso "efeito-cascata": perde um aqui, outro mais adiante. O "efeito-cascata" prejudica muita gente. Pessoas jurídicas de direito público e privado sob controle estatal e agentes públicos se verão envolvidos em ações jurídicas de indenização e responsabilização, acrescentando-se repercussões políticas, em nível estadual, nacional e internacional.

Quem ganha com a questão Mendes Júnior? Se houver solução, ou na verdade, com o acerto de contas com o Governo Federal, se o grupo receber o crédito que a Justiça já decidiu, repito, que a Justiça já decidiu, e em última instância, a que esse grupo tem direito junto à CHESF, a empresa dará prioridade ao pagamento dos funcionários e dos pequenos credores e tratará de alavancar a operacionalização, partindo para novas contratações, que se mostrem seguras e adequadas à realidade do mercado.

Por fim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de dizer que o Governador do Estado, Eduardo Azeredo, vem conduzindo com muita distinção, competência e firmeza e assumindo a liderança política efetiva do Estado de Minas Gerais nesta questão da Mendes Júnior. Ressalto publicamente o esforço do nosso Governador junto ao Governo

Federal para que este faça um acerto de contas com a construtora. Ressaltar, sim, essa importante participação do Governador Eduardo Azeredo, que tem uma preocupação, em primeiro lugar, de não colocar nem um tostão do Governo do Estado aqui ou acolá, inclusive na construtora, e tem uma segunda preocupação, que é a geração de empregos ou, no mínimo, a manutenção de empregos aqui no Estado de Minas Gerais.

Gostaria que o Líder do Governo, Deputado Romeu Queiroz, e o Líder da Maioria, Deputado Péricles Ferreira, manifestassem ao Governador o nosso respeito e a nossa admiração pela maneira firme com que vem conduzindo e tentando dar uma solução definitiva para essa questão.

Finalmente, quero deixar uma palavra de reflexão aos Srs. Deputados no sentido de que, se estamos buscando aqui ou acolá empresas para geração de 300, 400, 500 empregos, não podemos, de maneira nenhuma, deixar escapar e chegar à insolvência uma empresa que dá 10 mil empregos diretos no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna a fim de parabenizar a classe médica pelo seu dia, classe representada nesta Casa por 13 companheiros, inclusive o nosso Presidente, Deputado Agostinho Patrús, e o nosso 1º-Secretário, Deputado Rêmoló Aloise. É uma classe que, corajosamente, presta seus serviços, com responsabilidade e dedicação, apesar das dificuldades que enfrenta no que diz respeito, principalmente, aos honorários pagos pelo SUS. Em oposição ao esforço da classe, vemos o descaso do sistema de saúde: primeiro, com a diminuição das AIH's; agora, com a recente determinação de que os hospitais devem manter os doentes internados por número maior de dias. Ou seja, para um paciente que fazia cirurgia de vesícula, o SUS dava seis diárias. Com o avanço da medicina e com o avanço da videolaparoscopia, esse doente precisaria ficar internado apenas três dias mas, em contrapartida o SUS quer obrigar esse doente a permanecer no hospital os seis dias, onerando o hospital, prejudicando o doente, que corre o risco de adquirir infecção hospitalar. Em suma, é um descaso total como dono do hospital, com o doente e com o médico. O mesmo se dá no caso de paciente que vai fazer um parto cesáreo. Para ela, o SUS dá cinco dias de internação. No entanto, esta paciente pode ficar apenas dois dias internada, pois tem maior conforto em casa, com banheiro próprio e familiares para auxiliá-la. Mas, o SUS quer obrigar essa paciente a ficar cinco dias no hospital, com maior risco de infecção para ela e para seu bebê. É um absurdo o que estão fazendo com o sistema de saúde no nosso País. Acho que não podemos ficar calados diante de tal situação. Primeiro as AIH's e, agora, essa recente determinação do Governo Federal.

Com a diminuição da oferta de vagas nos hospitais, que hoje já é sentida em todo o Estado, fica claro o desrespeito à classe médica, sem falar na decorrente falência dos hospitais, como é o caso do Hospital da Baleia, que já está fechando e da Santa Casa, que não conseguirá sobreviver. O número de internações está diminuindo. Já era reduzidíssimo e, agora, praticamente vai deixar de existir. Deixará de existir rotatividade dos doentes e com essa maior permanência determinada. Apesar de tudo isso, tenho certeza, essa classe, tão sacrificada e desrespeitada, continuará prestando seus serviços, apesar do pouco que lhe é oferecido. Parabéns, médicos de todo o nosso País, pelo seu dia.

Quero ressaltar aqui também o descaso que vem acontecendo com a classe médica da Região Oeste de Minas, pela Superintendência Regional de Saúde do Oeste, que engloba Itaúna, Divinópolis, Pará de Minas e Formiga. O Centro Regional de Saúde da Região Oeste está acéfalo, está sem cabeça. Não tem comando. Tem uma leiga no comando, que não é médica, que possui apenas curso técnico de medicina. Já foram indicados médicos, responsáveis e capacitados, para o cargo mas, até hoje, seus nomes não foram apreciados pelo nosso Secretário de Saúde, a quem faço o apelo de olhar com carinho aquela região. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente e Srs. Deputados, com esses 6 minutos que restam, vou tentar fazer uma mágica.

É quase unânime entre os brasileiros o sentimento de que neste País se paga muito imposto. Os empresários se queixam das alíquotas elevadas e do excesso de encargos. Sobre os assalariados incide, indiretamente, essa carga tributária, além do desconto compulsório na folha de pagamento, do qual não têm como escapar. No âmbito dos poderes públicos, não são raros os casos de denúncias de malversação de recursos, seja por aplicação inadequada, seja por favorecimento próprio ou a terceiros, caracterizando-se esbanjamento, fraude e corrupção.

Em ambas as situações - a aversão ao pagamento de tributos e a suspeita de improbidade administrativa - o cidadão é movido por uma forte desconfiança com relação ao destino do dinheiro que sai do seu bolso para ser aplicado em obras, investimentos e outras formas de benefício para o conjunto da população. Torna-se muito difícil, nessas circunstâncias, convencer esse cidadão do acerto na distribuição das verbas, da falta de recursos para determinados setores, da impossibilidade de atender a certas demandas. Ele tende, muito mais, a acreditar em

manipulações contábeis, na cultura do desperdício, na versão introjetada em seu imaginário de que programas governamentais são sinônimo de depósito em saco sem fundo.

Neste momento em que o País tem diante de si uma oportunidade concreta de dar um salto qualitativo, definindo as bases de seu crescimento econômico, de suas diretrizes políticas e de sua dinâmica administrativa, em busca de um desenvolvimento equilibrado e sustentável, é indispensável que os poderes públicos contem com um fator primordial para o apoio da população: a credibilidade. E a credibilidade passa, necessariamente, pela lisura e pela transparência dos atos administrativos. O brasileiro, vivendo hoje um processo de crescente conscientização política, não admite mais ficar à margem dos acontecimentos e das decisões tomadas em seu nome. Ele exige clareza e prestação de contas sobre a destinação dos recursos públicos. Foi essa realidade, fruto do exercício da cidadania, que nos levou a apresentar nesta Casa o Projeto de Lei nº 473/95, referente ao Serviço Integrado de Administração Financeira - SIAFI - Cidadão. Ele propõe, basicamente, que as pessoas tenham acesso a informações sobre a execução orçamentária e financeira do Estado. Através de relatórios sucintos, em linguagem que possa ser entendida sem dificuldades, o cidadão comum poderá saber como anda a situação econômico-financeira de Minas, assim como os investimentos nos diversos setores, os valores orçados, as atualizações monetárias, a etapa de execução de uma obra, os processos de licitação. Assim, ele terá elementos concretos para avaliar a capacidade do Estado de promover investimentos ou de honrar seus compromissos e, ao mesmo tempo, conscientizar-se da necessidade de extremo zelo para com os gastos públicos e da importância dos tributos como fonte de financiamento dos programas de governo. As Prefeituras, por sua vez, poderão ter acesso a informações de interesse de cada município referentes a obras, investimentos, participação na quota-parte do ICMS e do IPI. Relatórios específicos mostrarão o que está sendo feito ou programado no contexto das microrregiões, das políticas setoriais e dos programas orçamentários.

Em suma, tanto a sociedade civil quanto os membros dos poderes públicos, em suas diversas instâncias, terão ao seu alcance dados que lhes possibilitem acompanhar o que se passa com as finanças e o orçamento do Estado. Em função disso, como nosso tempo é muito reduzido - um minuto e meio -, pediria o apoio dos parlamentares, pois é dever nosso e é direito do cidadão, garantido pela Constituição, que ele tenha políticos probos, que tenha acesso às informações. O que queremos com esse projeto é, nada mais nada menos, isso: colocar esse instrumento nas mãos do cidadão, das Prefeituras, dos Vereadores, daqueles que estão interessados com a ética, a moralização e a seriedade dos gastos públicos. É isso que queria expor. Agradeço a todos.

89ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA Discursos Proferidos em 19/10/95

O Deputado Raul Lima Neto - Exmo. Sr. Presidente "ad hoc" Ibrahim Jacob, Sr. Secretário, Rêmolo Aloise, membros da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, meus senhores e minhas senhoras, subo a esta tribuna, nesta tarde, com humildade e temor a Deus, para deixar registrado nos anais desta Casa e na Imprensa Oficial e quisera eu, no coração de todo político do nosso Estado, o pronunciamento que faço agora, pressionado pelas circunstâncias que envolveram o nosso País na semana passada. Ao retornar de uma viagem a algumas cidades do Norte de Minas, onde fui cumprir compromissos políticos, deparei-me com repórteres e com amigos, que, de alguma forma, aguardavam com expectativa o pronunciamento deste humilde Deputado a respeito do fato acontecido na semana passada, se não me engano, quando um bispo de uma igreja chutou a imagem da chamada Nossa Senhora Aparecida.

Meus senhores e minhas senhoras, esse pronunciamento pode não parecer um pronunciamento de ordem, ou pode parecer um pronunciamento apolítico e, portanto, não apropriado à tribuna mais alta do Poder Legislativo do Estado. Faço-o, na verdade, porque sei que se trata de um pronunciamento necessário, de um pronunciamento político e, sobretudo, de um pronunciamento que irá esclarecer aos senhores o que se passa no coração de todo cristão genuinamente comprometido com a maior ou a única regra de fé e prática religiosa, com a maior herança que Deus deixou ao homem, neste mundo de hoje, ou seja, a Sua Palavra, a Bíblia Sagrada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, de maneira nenhuma, um evangélico tem - como se pensa, ou se tenta impingir na mente da população brasileira e de pessoas menos esclarecidas - ojeriza ou aversão à Maria. Essa impressão é passada, tendenciosamente, pelo Diabo, que não quer que o povo entenda que todo cristão tem no exemplo da vida de Maria, da Virgem que concebeu e deu à luz o Filho do Altíssimo, um dos maiores exemplos cristãos legados à Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Quando o homem pecou no Jardim do Éden, Deus - ao consolar aquele triste casal que perdia a harmonia e a felicidade eternas e amaldiçoava, com seu pecado ou com a consequência de sua atitude de desobediência, toda raça humana, e, não somente a raça humana, mas toda a criação e todo o cosmo, porque, segundo a Bíblia, "maldita é a

terra por vossa causa" - prometeu que da semente de uma mulher viria Aquele que esmagaria a cabeça da serpente.

O Profeta Isaías vaticinou, 700 anos antes do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, que "a Virgem conceberá e dará à luz um filho, e ele será chamado pelo nome de Emanuel (que quer dizer: 'Deus conosco')". E, ainda, completou, vislumbrando com alegria e com exultação um reinado de paz, um reinado eterno, a parúsia, a segunda volta de Nosso Senhor Jesus Cristo, para reinar, dizendo: "o povo que andava em trevas viu grande luz, e aos que viviam na região da sombra da morte, resplandeceram a luz, porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu; o governo estará sobre os seus ombros; e o seu nome será Maravilhoso Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz."

Maria, uma virgem, segundo a narração de São Lucas, que é quem mais detalhadamente fala sobre ela, foi visitada pelo Anjo Gabriel, no sexto mês, o qual lhe disse que ela era muito favorecida por Deus. Não entendendo ela aquela saudação angelical, o anjo, então, lhe disse: "Eis que conceberás e darás à luz um filho, a quem chamarás pelo nome de Jesus. Este será grande e será chamado Filho do Altíssimo; e o Seu reinado jamais terá fim". Então, ela questionou, dizendo: "Mas como pode ser isso? Eu não tenho relação com homem algum." Disse-lhe o anjo: "Descerá sobre ti o Espírito Santo, e o poder do Altíssimo te envolverá com a Sua sombra. Por isso, também o ente santo que há de nascer será chamado Filho do Altíssimo". E ela nos deu um grande exemplo de humildade, dizendo: "Aqui está a serva do Senhor; que se cumpra em mim conforme a tua palavra".

Tantas vezes, em orações, tenho pedido a Deus poder dar esse exemplo. Quando de sua simples saudação a Isabel, mulher de Zacarias, diz-nos a Bíblia que Isabel foi cheia do Espírito Santo e a criança saltou de alegria em seu ventre, a ponto de Isabel pronunciar, em êxtase: "Bem-aventurada és tu entre as mulheres, e bendito é o fruto do teu ventre. Ao ouvir a saudação dos teus lábios, a criança saltou de alegria dentro de mim".

Apenas uma pausa, abrindo um parêntese rapidamente. Vejam, aí, os apologetas do aborto que, assim como a criança pode exultar de alegria num ventre, pode tremer e sofrer de tristeza ou de dor. João teve alegria no ventre da mãe, porque ouvia a saudação daquela que foi um exemplo de humildade, a qual então cantou, dizendo: "A minha alma engrandece ao Senhor, e o meu espírito se alegrou em Deus, meu Salvador, porque contemplou na humildade da sua serva. Pois, desde agora, todas as gerações me considerarão bem-aventurada, porque o poder do Altíssimo operou em mim grandes coisas e a Sua misericórdia dura para sempre e de geração em geração sobre aqueles que o temem".

Meus amigos Deputados, todos os cristãos e evangélicos têm na Bíblia, a regra de fé e prática religiosa, um dos mais lindos exemplos. E temos a consciência perfeita de que ela está nos céus com o Senhor, de que vai ressuscitar um dia num corpo de glória, imortal, incorruptível, o mistério, na unidade do corpo, alma e espírito celestiais. Temos a convicção plena de que ela tornou-se, talvez, um dos maiores exemplos neotestamentários, como foi Paulo. Mas consideramos um acinte, consideramos uma afronta, consideramos um desrespeito a Maria, a esse exemplo cristão, a imensa quantidade de ídolos que se fazem para retratá-la.

Um cunhado meu trabalhou numa fábrica de imagens, e lá, ele fabricava Exu, fabricava Lúcifer, fabricava São Jorge, fabricava Aparecida, fabricava Perpétuo Socorro, fabricava Fátima, fabricava Santo Antônio, São José, Cipriano, Pomba-Gira, e, se você olhar na base do ídolo, a fábrica é a mesma.

O primeiro mandamento da Lei de Deus diz: "Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima, nos céus, nem embaixo, na terra. Não te encurvarás a elas, nem lhes darás culto; porque eu sou o Senhor teu Deus, Deus zeloso, que visita a maldade dos pais nos filhos". E ainda conclui, dizendo: "E faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam. Somente ao Senhor teu Deus adorarás e só a ele darás culto".

Foi-nos dito por meio de uma emissora de televisão que Nossa Senhora Aparecida é um objeto de adoração e culto do povo brasileiro. Diante disso, eu bati no peito, e disse: "Tenha misericórdia, Senhor, porque nesse dia iremos ver o dia em que Jesus virá, nas nuvens, com poder e glória, e temos certeza que Maria virá com Ele, com todos os santos, porque Ela é santa e Ela, se pudesse descer agora, diria: Está tudo errado. Adorem somente a Deus. Só Ele é onipresente. Se alguém invocou-me aqui, outro na China, outro na América, outro na Bahia, como posso atender a todos? Não sou onipresente. Há um só Deus, um só mediador entre o homem e Deus, Jesus Cristo".

Ah, meus irmãos, é um acinte! No Salmo 115, Davi zomba dos ídolos, dizendo: "Têm boca e não falam; têm olhos e não vêem; têm ouvidos e não ouvem; têm nariz e não cheiram". E lança uma praga sobre eles, dizendo: "Tornem-se semelhantes a eles os que os fazem e quantos neles confiam". Nós confiamos em Deus. Nós confiamos naquele em quem Maria confiou e disse: "Ele atentou na humildade da sua serva". E foi ele quem disse: "Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus".

Pobreza de espírito não é condição social, nem econômica. É reconhecimento de nossa incapacidade e de nossa insuficiência para nos salvarmos e confiarmos unicamente na graça de Deus.

Concluindo, Sr. Presidente, no Salmo 144, Davi ora a Deus, dizendo: "Livra-me e salva-me do poder dos estranhos, cuja boca profere mentiras e cuja direita é direita de falsidade. Que nossos filhos sejam, na sua mocidade, como plantas viçosas, e nossas filhas, como pedras angulares, lavradas como colunas de palácio; que transbordem os nossos celeiros, atulhados de toda sorte de provisões; que não haja gritos de lamento em nossas praças. Bem-aventurado o povo a quem assim sucede. Sim, bem-aventurado é o povo cujo Deus é o Senhor".

Nós confiamos, única e exclusivamente, no Senhor, porque só Jesus Cristo salva. Esse foi o exemplo da Virgem Maria e é o exemplo que nós também seguimos. Muito obrigado.

O Deputado Ibrahim Jacob - (- Lê requerimento em que pede seja feito apelo ao Secretário da Fazenda com vistas a que avalie a possibilidade de os servidores da extinta MinasCaixa absorvidos pela Pasta terem os mesmos direitos dos agentes fiscais. A justificação desse requerimento é a seguinte:)

"Pretende esta proposição assegurar que servidores da extinta MinasCaixa, hoje prestando serviços na Secretaria da Fazenda e executando as mesmas tarefas que os ATFs executam com idêntica carga horária, tenham a isonomia salarial prevista no art. 39, § 1º, da Constituição da República.

O princípio da isonomia vem sendo freqüentemente invocado para a equiparação dos servidores não contemplados nas leis majoradoras de vencimentos ou concessoas de vantagem. O que o princípio da isonomia impõe é tratamento igual aos realmente iguais.

Em face do exposto, oportuna se faz a aprovação do requerimento, por ser de inteira justiça social."

O Deputado Jorge Hannas - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, há muito pretendia voltar a esta tribuna para tocar num assunto sobre o qual me adiantei em outras oportunidades, em legislaturas passadas. De manhã, ouvi uma notícia auspiciosa, dizendo que o Governo pretende reativar o Programa do Alcool. O Programa do Alcool, fruto da inteligência do povo brasileiro, é como um programa de segurança nacional e, até, de salvação nacional. Todos nós conhecemos as maravilhas da cana-de-açúcar, o seu potencial, quantos produtos ela pode dar.

A importância no Programa do Alcool é de ordem econômica e social. Economizaremos mais de R\$6.000.000.000,00 em importação de petróleo. Produzimos uma energia renovável, com baixa capacidade de poluição. Poderemos, organizando um programa à altura das necessidades deste País, aproveitar - e isso é muito importante - toda a mão-de-obra desqualificada, na formação das agrovilas e das usinas produtoras de álcool. Com isso, podemos começar uma marcha altamente saudável para o povo brasileiro, afastando dos grandes centros aquela significativa população com mão-de-obra desqualificada, que vegeta, e não vive, nas favelas e periferias da cidade. Ao mesmo tempo em que essa população será integrada nos grandes programas das agrovilas, em que haverá, sem dúvida nenhuma, planos de saúde, assistência na educação, surgirá um novo tipo de vida para esses homens tão sofridos nas periferias das cidades. Estaremos prestando um inestimável serviço a nosso povo, sobretudo à população mais sofrida, ao mesmo tempo em que estaremos tratando, paralelamente, da segurança nas grandes cidades, afastando delas os desempregados e os desqualificados, que, muitas vezes, são levados ao crime por contingências.

O Programa do Alcool é a salvação nacional. É um programa da inteligência brasileira. É um programa que nunca poderia ter sido sucateado como foi.

Nós todos, brasileiros, que desejamos bem a este País, que temos na alma, ainda, um fogo de patriotismo, o fogo sagrado, como pregava Francisco de Miranda, devemos todos voltar os nossos olhos, a nossa alma, a nossa vontade e a nossa inteligência para esse programa, porque, sem dúvida nenhuma, isso resultará em benefício para toda a população brasileira. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 18/10/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia

Legislativa, c/c as Resoluções n°s 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa n° 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa n°s 1.224 e 1.242, de 1995, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

exonerando Marcílio Magela de Souza do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, com exercício no gabinete do Deputado Antônio Júlio;

nomeando Marcílio Magela de Souza para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, com exercício no gabinete do Deputado Antônio Júlio;

nomeando Expedito Ramon Salgado Pereira para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, com exercício no gabinete do Deputado Antônio Júlio;

nomeando Tânia Maria Cordeiro dos Santos para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Dinis Pinheiro.
